

*Notas Técnicas**

*ANA CLÁUDIA CAPUTO
GLÓRIA MARIA DE MORAES COSTA*

* As informações relacionadas nessas notas foram colhidas nos arquivos do Banco do Brasil, do Banco Central do Brasil, do BNDES, da Câmara dos Deputados, do CPDOC-FGV, da Eletrobrás, da Petrobras e dos sites de busca que normalmente se usa na internet. Vinícius Azeredo foi auxiliar de pesquisa destas notas

1) 15 Anos de Política Econômica – Este livro, de Carlos Lessa, é um clássico da literatura econômica brasileira. Originalmente, seu texto foi escrito para atender ao escritório da Comissão Econômica para a América Latina e ao Instituto Latinoamericano de Planificação Econômica e Social – CEPAL/ILPES, do Rio de Janeiro. Editado pela Brasiliense, em 1980, teve sua segunda edição em 1981. Na apresentação do livro, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo escreveu: “Quinze anos é um clássico sobre um período clássico. Nesses anos - referindo-se ao período que vai do pós-guerra até as vésperas do golpe militar de 1964 - foram travadas batalhas decisivas pela consolidação do processo de industrialização.” “Juscelino ganhou as batalhas que Vargas concebeu. O ‘desenvolvimentismo’ como um projeto de capitalismo nacional cumpriu seu destino através do Plano de Metas: integrou definitivamente a economia brasileira ao movimento de internacionalização do capitalismo. Neste sentido, Juscelino perdeu as batalhas que Getúlio teria imaginado ganhar.” Mais à frente, lemos: “(...) tampouco lhe escapou o caráter da crise econômica, social e política que se abateu sobre a sociedade brasileira no início dos anos sessenta. Num sentido puramente econômico ela pode ser entendida como produto do êxito do Plano de Metas. Mas seu desfecho foi, sem dúvida, fruto dos fracassos políticos dos governos que se seguiram.”

2) Acordos de Roboré – Os Acordos de Roboré foram tratados polêmicos celebrados entre Brasil e Bolívia, em 1958, compostos de 31 instrumentos diplomáticos (um protocolo, dez convênios e 20 notas reversais) que envolviam questões como a exploração de petróleo e gás, a ferrovia Corumbá – Santa Cruz de La Sierra e a circulação de mercadorias bolivianas. Para o governo da Bolívia, a aproximação com o Brasil evitava que outros vizinhos usurpassem ainda mais a soberania boliviana, cujo território diminuía em consequência da voracidade dos países fronteiriços, em uma série de conflitos desde o século XIX.

3) Aço Minas Gerais S.A. (AÇOMINAS) – Em 1976, a Aço Minas Gerais S.A. iniciou a construção de sua usina Presidente Arthur Bernardes, nos municípios de Ouro Branco e Congonhas, na região do Alto Paraopeba (MG). Sua controladora era a Siderúrgica Brasileira S.A. – SIDERBRAS. A empresa foi privatizada em 1993. Em 1997, o Grupo Gerdau tornou-se acionista da organização – agora conhecida como Gerdau AÇOMINAS – e, cinco anos mais tarde, passou a ser o sócio majoritário. A empresa atua nos mercados brasileiro e mundial e produz, entre outros, tarugos, placas e blocos, com aplicação nas indústrias naval, automobilística, de construção civil e mecânica.

4) Aços Anhanguera – A usina de aços finos Anhanguera foi inaugurada em 1966, em Mogi das Cruzes, interior de São Paulo. Os aços destinavam-se a rolamentos e, destes, 70% iam para a indústria automobilística. Em março de 1981, a empresa adquiriu o controle acionário da Laminação Santa Maria – LASAMAL, uma relaminadora e trefiladora de aços situada em Guarulhos. Em 1989, a Aços Anhanguera S.A. foi incorporada pela Aço Villares S.A., atualmente do Grupo Gerdau.

5) Aços Especiais Itabira S.A. (ACESITA) – A Aços Especiais Itabira é uma siderúrgica fundada em 1944 com o propósito de abastecer o mercado nacional, prejudicado pela queda das importações no pós-guerra. Sua construção, em Minas Gerais, foi financiada pelo Banco do Brasil e iniciou a vocação siderúrgica da região que mais tarde seria conhecida como Vale do Aço. Em 1992, a empresa foi privatizada; atualmente se chama ArcelorMittal Inox Brasil e é única produtora integrada de aços planos inoxidáveis e siliciosos da América Latina. No Brasil, possui 90% do *market share*.

6) Aços Piratini – A Aços Finos Piratini, sediada em Charqueadas (RS), foi fundada em 1961 como uma sociedade de economia mista controlada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. O objetivo era promover a recuperação da atividade carbonífera e estimular a indústria metal-mecânica no estado. A empresa começou a operar em 1973 e, dois anos depois, passou para o controle da Siderúrgica Brasileira S.A. – SIDERBRAS. Em fevereiro de 1992, foi adquirida pelo Grupo Gerdau e atualmente é denominada Gerdau Aços Especiais Piratini.

7) Adicional do Imposto de Renda – O Adicional de 15% sobre o Imposto de Renda, criado pela Lei n.º. 1.474, de 26 de novembro de 1951, destinava-se ao Fundo de Reparçamento Econômico (FRE). Seu objetivo era financiar o Programa de Reparçamento de Portos e Ferrovias, o aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros, a elevação do potencial de energia elétrica e o desenvolvimento de indústrias básicas e da agricultura. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social foi criado em 1952 com o fim específico de administrar os recursos do FRE.

8) Affonso José Guerreiro de Oliveira – Advogado, graduado em 1948 pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, fez o primeiro concurso para o BNDE em 1955 e ingressou nessa instituição em dezembro do mesmo ano. Exerceu os cargos de chefe de departamento e diretor (1972-1978).

9) Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) – Criado pelo Decreto n.º. 55.275, de 22 de dezembro de 1964, o Fundo de Financiamento

para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), gerido pelo BNDE, visava facilitar a concessão de empréstimos para a compra e venda de máquinas e equipamentos industriais. As fontes de recursos do FINAME provinham de empréstimos ou doações de entidades internacionais, nacionais ou estrangeiras; do Banco do Brasil S.A. e de outras agências financeiras da União ou dos estados; de recursos mobilizados pelo BNDE nos mercados interno e externo de capitais; além do rendimento das próprias operações do Fundo. Em 2 de setembro de 1966, o Decreto n.º. 59.170 criou a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, incorporando o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais. O Decreto-Lei n.º. 45, de 18 de novembro de 1966, lhe atribuiu personalidade jurídica, para transformar-se, posteriormente (no prazo de 90 dias), em sociedade anônima de economia mista, cabendo ao BNDE o seu controle acionário, bem como a formalização da sociedade por resolução do seu Conselho de Administração. No entanto, somente com a Lei n.º. 5.662, de 21 de julho de 1971, o FINAME foi transformada em empresa pública, subsidiária do BNDES.

10) Albert Otto Hirschman (1915-) – Economista alemão, estudou na Sorbonne, na London School of Economics e na Universidade de Trieste, onde se doutorou em 1938. Lutou no exército francês na Segunda Guerra Mundial, emigrou para os EUA, viveu na Colômbia e trabalhou nas universidades de Berkeley, Yale, Columbia, Harvard e Princeton. Hirschman se opôs à aplicação da doutrina econômica convencional ao desenvolvimento econômico. Considerava que as medidas para desenvolver um país devem ser analisadas caso a caso, mediante a exploração dos recursos locais para conseguir os melhores resultados. Impor uma estrutura doutrinária uniforme sem considerar as circunstâncias locais era, segundo ele, uma receita para o desastre.

11) Alberto dos Santos Abade – Estatístico, cursou a Escola Superior de Guerra, sendo requisitado pelo Estado Maior das Forças Armadas. Chefe de gabinete na gestão do presidente Jayme Magrassi no BNDES, foi diretor na gestão Marcos Vianna (1972–1979).

12) Aldo Ferrer (1927-) – Contemporâneo de Celso Furtado, Aldo Ferrer é uma espécie de decano dos economistas argentinos. Sua trajetória mostra grande experiência na vida pública e na luta contra o subdesenvolvimento, tanto na Argentina como na América Latina. Ferrer é diretor da cátedra de Estratégia Econômica Internacional da Universidade de Buenos Aires e, durante o governo Nestor Kirchner, foi um dos conselheiros próximos da Casa Rosada, por intermédio do Grupo Fênix, nascido na Universidade. Foi secretário de Economia

da Província de Buenos Aires, ministro de Obras Públicas e ministro do Trabalho da Argentina.

13) Álvaro César Café (-2009) – Engenheiro, Álvaro César Café formou-se na então Escola Nacional de Engenharia em 1949. Desempenhou inúmeras funções na sua vida profissional, colaborando na divisão de águas do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, na General Electric do Brasil, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e na MAFERSA, em São Paulo, onde exerceu a função de diretor financeiro.

14) Amaro Lanari Júnior (1913-1999) – Engenheiro mineiro, foi chefe da Laminação e Trefilaria da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e, em 1940, participou da construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia. Foi presidente da ACESITA (Aços Especiais Itabira) e, em 1956, participou da primeira missão brasileira designada para tratar da associação com entidades japonesas na instalação da USIMINAS. Em janeiro de 1958 foi eleito presidente da empresa e reeleito por mais três outros quinquênios até 1978. Foi sócio fundador da Associação Brasileira de Metais, em 1956, e seu presidente de 1963 a 1964. Participou de vários conselhos de entidades representativas e de conselhos consultivos empresariais, assim como de diretorias de diversas empresas.

15) American Can e Continental Can Europe – Empresas que fabricam produtos de alumínio específicos para latas de cervejas e embalagens de alimentos e que desejavam se instalar no Brasil. Durante a década de 1950, sofreram forte movimento coordenado por alas nacionalistas, mas, posteriormente, na década de 1990, vieram para o Brasil fabricar alumínio para latas de cervejas.

16) Aníbal Pinto Santa Cruz (1919-1996) – Economista chileno, um dos fundadores da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Graduou-se na Universidade do Chile e na London School of Economics. Foi diretor da revista *Panorama Econômico* e presidiu o Círculo de Economistas. De 1952 até 1960, foi chefe de pesquisa do Instituto de Economia da Universidade do Chile e professor de Finanças Públicas e Desenvolvimento Econômico da Escola de Economia da Universidade do Chile. Desempenhou diversas funções na CEPAL: entre 1960 e 1965, diretor da subsede da CEPAL/ILPES, no Rio de Janeiro; diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico entre 1970 e 1979; consultor a partir de 1980; e diretor da *Revista da CEPAL* a partir de 1987.

17) Annibal Villanova Villela (1926-2000) – Economista formado em 1949 pela Universidade do Brasil, pós-graduado na Universidade de Estocolmo, em 1951, e na London School of Economics and Political Science, em 1952.

Trabalhou em diversos órgãos de destaque como o BNDE, a Confederação Nacional da Indústria, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, o INPES/IPEA e a Organização dos Estados Americanos – OEA. Foi professor da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, do Conselho Nacional de Economia, da Escola Nacional de Engenharia e da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, entre outras instituições.

18) Antonio Delfim Netto (1928-) – Ministro da Fazenda dos presidentes Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. Nesse cargo, exerceu a presidência do Conselho Monetário Nacional e da Comissão de Programação Financeira; foi membro do Conselho de Segurança Nacional e do Conselho Interministerial de Preços. Era ministro da Agricultura (1979) quando foi nomeado para o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN). Foi governador, pelo Brasil, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e membro dos organismos de direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Foi também embaixador do Brasil na França (1975-1978).

19) Aracruz Celulose S.A. – Criada em 1972, a Aracruz é uma empresa brasileira sediada no município de Aracruz (ES). É a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, respondendo por 24% da oferta global do produto. Possui uma unidade fabril em Guaíba (RS) e outra em Eunápolis (BA), sendo esta última uma *joint-venture* com a empresa sueco-finlandesa Stora Enso, denominada Veracel. A celulose produzida é destinada à fabricação de papéis para impressão e escrita, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado.

20) Ari Frederico Torres (1900-1972) – Engenheiro, especialista em concreto, exerceu os cargos de diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo, de secretário de Viação do estado de São Paulo de 1937 a 1938 e de vice-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 1941 a 1942. Foi o primeiro presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE).

21) Artur da Costa e Silva (1902-1969) – Militar e político brasileiro, foi o segundo presidente do regime militar (1967-1969). Nascido no interior do Rio Grande do Sul, quando assumiu a presidência era marechal do exército brasileiro e já havia ocupado o Ministério da Guerra no governo anterior, do marechal Castello Branco. Sob seu governo foi promulgado o AI-5, que lhe deu poderes para fechar o Congresso Nacional, cassar políticos e institucionalizar a repressão. Nesse período houve um aumento significativo das atividades subversivas e de guerrilha visando combater o Golpe de Estado de 1964 e o regime militar por ele instalado.

Na economia, seu governo combateu a inflação, revisou a política salarial e ampliou o comércio exterior. Também iniciou uma reforma administrativa, expandiu as comunicações e os transportes, mas não resolveu os problemas da educação.

22) Assessoria Econômica – Foi criada no segundo governo Vargas devido à necessidade de estabelecer uma correlação de forças em um governo que, por não possuir maioria no Congresso Nacional, teve de ser composto por um ministério conservador. Atuava nos bastidores e era composta de homens de confiança do presidente, exercendo grande influência sobre suas decisões. Era chefiada por Rômulo de Almeida e dela participavam Cleantho de Paiva Leite, Ewaldo Correia Lima, Américo Barbosa de Oliveira, Jesus Soares Pereira e Ignácio Rangel. Esses técnicos ajudaram a conceber os planos nacionais de eletricidade, rodovias, petróleo e carvão, propondo a criação de fundos federais baseados em impostos únicos para o seu financiamento. Entre os cosmopolitas estavam praticamente todos os membros importantes da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, sob influência do Ministério da Fazenda: Lucas Lopes, Roberto Campos, João Pinheiro, Glycon de Paiva e Victor da Silva.

23) Assis Figueiredo – Era ligado a Lucas Lopes e ao grupo do BNDE que, durante o governo Kubitschek, funcionava na esquina da Rua Sete de Setembro com Rua da Quitanda. Foi um dos responsáveis pela criação do Imposto Único sobre Combustíveis, que serviu de *funding* não apenas para o BNDE como, posteriormente, para a Petrobras.

24) Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) – Entidade privada sem fins lucrativos, sua missão principal é o desenvolvimento continuado do mercado brasileiro da infraestrutura e indústrias de base e seu fortalecimento em padrões de competitividade internacional. Foi fundada em 1955 a partir de uma consulta às empresas brasileiras, realizada pela Petrobras, sobre a possibilidade de produção de equipamentos dentro do País para a ampliação da Refinaria Landulpho Alves (BA). As empresas que iniciaram suas atividades foram a Aços Villares S/A, a Bardella S/A – Indústrias Mecânicas, a Companhia Brasileira de Construção Fichet, a Companhia Brasileira de Material Ferroviário, a Indústria Mecânica Cavallari S/A e a Máquinas Piratininga.

25) Associação dos Funcionários do BNDE – A Associação dos Funcionários do BNDE, atual BNDES (AFBNDES), é uma entidade civil sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro. Fundada em 14 de julho de 1954, a entidade tem como objetivo principal congregar os funcionários do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

26) Associação Latinoamericana de Livre Comércio (ALALC) – A Associação Latinoamericana de Livre Comércio foi criada pelo Tratado de Montevideu, em 1960, como um modelo de integração regional que buscava aumentar a interdependência dos países latinoamericanos. Visava ampliação dos mercados e a liberalização do intercâmbio, amortecendo medidas protecionistas. Os membros eram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Em 1970, a ALALC se expandiu com a adesão de novos membros: Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Em 1980, se tornou ALADI (Associação Latinoamericana de Integração). Permaneceu com essa composição até 1999, quando Cuba passou a ser membro.

27) Associação Paulista dos Fabricantes de Papel e Celulose – Em 1932, com o nome de Federação dos Fabricantes de Papel, foi criada a primeira representação desse setor industrial, com sede no Rio de Janeiro. Em 1944, o antigo nome foi alterado para Associação Nacional dos Fabricantes de Papel. Por força estatutária, foi criada na cidade de São Paulo uma seção destinada a resolver os problemas das indústrias sediadas no estado. Em 1968, houve nova mudança da razão social, desta vez sendo denominada Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose. Em 1964, com a criação da Associação Paulista dos Fabricantes de Papel e Celulose, foi suprimida a seção criada em 1959 na cidade de São Paulo. Em setembro de 1997, com o objetivo de fortalecer a representação dos interesses da indústria brasileira de papel e celulose, a ANFPC e a ABCECEL – Associação Brasileira dos Exportadores de Celulose se uniram em uma única entidade, a Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA.

28) Augusto Frederico Schmidt (1906-1965) – Poeta da segunda geração do Modernismo, nasceu no Rio de Janeiro. De 1924 a 1928 permaneceu em São Paulo, ligado às figuras mais expressivas do movimento modernista. Fundou diversas empresas, que dirigia paralelamente a sua atividade jornalística. Durante o governo Kubitschek foi um dos mais prestigiados assessores presidenciais, cabendo-lhe o comando ostensivo da Operação Pan-Americana (OPA). Esta tinha como objetivo atrair investimentos norte-americanos para um programa de desenvolvimento econômico e social da América Latina, sob a liderança do Brasil. A partir de agosto de 1962, teve intensa participação no Grupo de Publicações Editorial (GPE), que reuniu profissionais da mídia, do mundo literário, de agências de publicidade e um grupo de militares – encabeçado pelo general Golberi do Couto e Silva –, para desestabilizar o governo João Goulart.

29) Augusto Trajano de Azevedo Antunes (1906-1996) – Pioneiro da indústria da mineração brasileira. Transformou o que era garimpo em mineração – atividade que exercia desde 1942, por meio da ICOMINAS S.A. –, fundando a CAEMI – Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração. Em 1950, passou a explorar manganês na Serra do Navio, no Amapá, em associação com a Bethlehem Steel Corporation, empresa siderúrgica norte-americana, tornando-se o maior grupo privado do setor de mineração do País. Em 1965 foi criada a Minerações Brasileiras Reunidas S.A. – MBR, resultado da união das reservas minerais da CAEMI no Quadrilátero Ferrífero, adquiridas nos anos 1940, e da St. John D’El Rey Mining Co., controlada pela norte-americana Hanna Mining Co. A empresa tornou-se a segunda maior produtora brasileira de minério de ferro. Depois de expandir-se durante as décadas de 1980 e 1990, em 2001 a Companhia Vale do Rio Doce – já privatizada em 1996 – e a Mitsui & Co. Ltd. adquiriram o controle acionário da CAEMI Mineração e Metalurgia S.A.

30) Azeredo da Silveira (1917-1990) – Ministro das Relações Exteriores no governo Geisel, de 1974 a 1979. Sua gestão foi marcada pela nova orientação da política externa brasileira, chamada de “pragmatismo responsável”. À frente da pasta, o Brasil foi o primeiro País a reconhecer o governo português que colocou um fim à ditadura de Salazar, bem como afirmou sua postura em relação à descolonização e à abertura para novos mercados, estabelecendo relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein e Omã, países exportadores de petróleo – portanto, indispensáveis na nova conjuntura internacional de aumento de preços. Assinou o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, que previa a construção e a instalação de oito centrais nucleares, de uma usina de enriquecimento de urânio e de empresas para fabricação e reprocessamento de combustível atômico e prospecção de minérios.

31) Banco Central da Argentina – O Banco Central da Argentina resultou das reformas monetária e bancária de 1935. Naquele ano deixou de existir formalmente a Caixa de Conversão, existente desde 1899. O encarregado de estruturar o Banco foi Raúl Prebisch, primeiro presidente da instituição até 1943. O prestigiado economista fundamentou-se na necessidade de superar a grave crise monetária e bancária criada pela crise mundial dos anos 1930, combatendo-a com uma política anticíclica e inserindo as novas ideias keynesianas. O Banco Central inicialmente objetivava promover a liquidez e o bom funcionamento do crédito e proibiu os bancos de fazerem operações que comprometessem essa liquidez. Depois da

Segunda Guerra Mundial, começou um período de fortes mudanças estruturais que se prolongaram até a década de 1990.

32) Banco Central do Brasil – Criado em 1964 pela Lei nº. 4.595, o Banco Central é uma autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional. Antes de sua criação, o papel de autoridade monetária era desempenhado pela Superintendência da Moeda e do Crédito, pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro Nacional. Após sua criação, buscou-se dotar a instituição de mecanismos voltados para o desempenho do papel de “banco dos bancos”. Em 1985 foi promovido o reordenamento financeiro governamental com a separação das contas e das funções do Banco Central, Banco do Brasil e Tesouro Nacional. Em 1986 foi extinta a conta movimento e o fornecimento de recursos do Banco Central ao Banco do Brasil passou a ser claramente identificado nos orçamentos das duas instituições, eliminando-se os suprimentos automáticos que prejudicavam a atuação do Banco Central. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu dispositivos importantes para a atuação do Banco, dentre os quais se destaca o exercício exclusivo da competência da União para emitir moeda e a exigência de aprovação prévia pelo Senado Federal, em votação secreta, após arguição pública, dos nomes indicados pelo presidente da República para os cargos de presidente e de diretores da instituição.

33) Banco da Amazônia S.A.(BASA) – O Banco da Amazônia S.A. foi fundado durante a II Guerra Mundial (em 1942), por Getúlio Vargas, sob o nome de Banco de Crédito da Borracha. Tinha como principal finalidade financiar o reaquecimento da extração de látex no estado do Pará (durante o segundo ciclo da borracha). Em 1966, o governo militar mudou seu nome para Banco da Amazônia S.A., ou simplesmente BASA. É a principal instituição financeira federal de fomento com a missão de promover o desenvolvimento da Região Amazônica. Possui papel relevante tanto no apoio à pesquisa como no crédito de fomento, respondendo por mais de 60% do crédito de longo prazo da região. É um banco estatal pertencente ao governo federal, com papéis sendo negociados na BOVESPA. Opera com exclusividade o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

34) Banco do Brasil (BB) – Instituição financeira brasileira constituída na forma de sociedade de economia mista, com participação da União em 70% do seu capital. Criado em 1808 pelo Rei D. João VI, como parte de um conjunto de ações que visavam a criação de indústrias manufatureiras no Brasil. Com o saque de vultosa quantia e o retorno do rei para Portugal, esse primeiro Banco faliu em 1829. Vinte e dois anos depois, em 1851, Irineu Evangelista de Souza – que viria

a ser Barão e Visconde de Mauá – criou uma nova instituição denominada Banco do Brasil. Já em 1853, o Banco se fundiria com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, por determinação legislativa liderada pelo Visconde de Itaboraá. Depois de algumas turbulências no mercado financeiro nas décadas seguintes, o atual Banco do Brasil foi organizado em 1905 em cima do espólio do Banco da República do Brasil, como banco de depósitos e descontos. As primeiras linhas de crédito rural dos diferentes bancos com esse nome datam da década de 1880. Até a criação do Banco Central do Brasil, em 1964, o Banco do Brasil era o emissor de moeda.

35) Banco do Estado da Guanabara (BEG) – Sucessor do Banco da Cidade do Rio de Janeiro, o Banco do Estado da Guanabara foi criado pelo governador Carlos Lacerda. Este adotou diversas medidas que fortaleceram o Banco ao longo da década de 1960 e do capital inicial de 100 milhões de cruzeiros do Banco da Cidade, o BEG conseguiu o aporte de 7,8 bilhões de cruzeiros. Era dotado do mais moderno sistema de processamento de dados do País e sua sede era considerada, no início dos anos 1970, um dos prédios mais sofisticados em equipamentos da cidade. Em 1975, tornou-se Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Em 1997, foi vendido para o Itaú por míseros R\$ 311 mil, durante a gestão de Marcelo Alencar.

36) Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) – Criado pela Lei Federal nº. 1.649, de 1952, o Banco do Nordeste é uma instituição financeira múltipla e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do governo federal. É um banco de desenvolvimento e sua finalidade é promover o crescimento sustentável da Região Nordeste do Brasil por meio da capacitação técnica e financeira dos agentes produtivos regionais. Maior instituição da América do Sul voltada para o desenvolvimento regional, o BNB opera como órgão executor de políticas públicas. Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais.

37) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – O Banco Interamericano de Desenvolvimento, em inglês IADB, foi criado em 1959, e sua concepção vem do auge do processo nacional-desenvolvimentista brasileiro, a partir de uma proposta formulada pelo governo Juscelino Kubitschek, no bojo da OPA. Em seus programas, o BID formula políticas de desenvolvimento e fornece o

financiamento e o auxílio técnico para se alcançar o crescimento sustentável, realçar a equidade social e lutar contra a pobreza, modernizar o Estado e promover o comércio livre e a integração regional. Hoje, o BID é constituído por 47 estados membros, entre os quais 26 são prestamistas, países da América Latina e do Caribe, e os demais 21 são doadores ou prestatários. O maior acionista do BID é os EUA, seguido pelo Brasil e Argentina, os segundos maiores acionistas, sendo que o Brasil representa em sua diretoria também o Suriname.

38) Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

– Instituição financeira ligada à Organização das Nações Unidas – ONU, o BIRD foi fundado em 1944 com o objetivo inicial de ajudar na recuperação dos países europeus cuja economia havia sido devastada pela Segunda Guerra Mundial. O BIRD é uma das instituições que compõe o Banco Mundial. Atualmente, proporciona empréstimos e assistência para o desenvolvimento a países de rendas médias com bons antecedentes de crédito – o poder de cada país-membro está vinculado às suas subscrições de capital.

39) Banco Mundial – Agência do Sistema das Nações Unidas (ONU), foi criado em 1944 a partir da Conferência de Bretton Woods, nos EUA, que reuniu 44 países com o objetivo de reconstruir as economias destruídas pela Segunda Guerra Mundial. Hoje é constituído de 184 países e é uma das principais fontes de assistência para o desenvolvimento no mundo. O trabalho de reconstrução permanece como um enfoque importante do Banco devido aos desastres naturais, emergências humanitárias e necessidades de reabilitação pós-conflitos, mas, atualmente, sua principal meta é a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento. O Banco Mundial é composto pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, pela Associação Internacional de Desenvolvimento – AID, pela Corporação Financeira Internacional – IFC, pela Agência Multilateral de Garantia de Investimentos – AMGI e pelo Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos – CIADI.

40) Banco Nacional da Habitação (BNH) – O Banco Nacional da Habitação foi criado cinco meses após o golpe de 1964, como órgão central de um sistema de financiamento que incluía o setor de saneamento. O BNH, dentro do desenho sistêmico bancário-financeiro do Brasil, era um banco de segunda linha, ou seja, não operava diretamente com o público, e sua função era realizar operações de crédito, gerir os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e repassá-los a bancos privados e/ou públicos para o financiamento da habitação

e para agentes promotores, como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto. Foi a principal instituição federal de desenvolvimento urbano da história brasileira, na qualidade de gestor do FGTS e da formulação e implementação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema Financeiro do Saneamento (SFS). Foi extinto em 1986 por meio do Decreto Legislativo nº. 2.291/86, sendo seus recursos e funções absorvidos pela Caixa Econômica Federal.

41) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – Criado como autarquia federal pela Lei nº. 1.628, de 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, pela Lei nº. 5.662, de 1971. Em 1982, com a criação do FINSOCIAL – cuja administração cabia ao BNDE –, passou a denominar-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Desde sua fundação, financia grandes empreendimentos industriais e de infraestrutura, tendo marcante posição no apoio aos investimentos na agricultura, no comércio e serviço e nas micros, pequenas e médias empresas, e aos investimentos sociais, direcionados para a educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e ambiental e transporte coletivo de massa. Conta com duas subsidiárias integrais, o FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial) e a BNDESPAR (BNDES Participações), criadas com o objetivo, respectivamente, de financiar a comercialização de máquinas e equipamentos e de possibilitar a subscrição de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro. As três empresas, juntas, compreendem o chamado “Sistema BNDES”.

42) Bardella S.A. – A “Officinas Bardella” foi fundada em 1911 por Antonio Bardella. Cinco anos mais tarde instalou sua primeira fundição e em 1927 construiu para uso próprio a primeira ponte rolante fabricada no Brasil. Em 1942, foi transformada em sociedade por ações com a denominação Bardella S.A. Indústrias Mecânicas. Em 1970, passou a operar no novo conjunto industrial em Guarulhos; em 1973, construiu sua fábrica de Sorocaba. Em 2001, a Bardella e The Timken Company se associaram. A empresa, neste período, se estabeleceu e consolidou importante posição no fornecimento de equipamentos para os setores industriais de metalurgia, energia, petróleo, gás, movimentação de materiais, aços trefilados e aços laminados, com tecnologia própria ou apoiada por acordos de tecnologia com empresas estrangeiras.

43) Beiradão e Beiradinha – Beiradão e Beiradinha são duas vilas de operários – exemplos de ocupação desordenada na beirada do rio – atraídos pelos empregos do Projeto Jarí.

44) Benedicto Valladares (1892-1973) – Político mineiro, fiel aliado político do governador Olegário Maciel, cooperou com o governo mineiro contra os paulistas no Movimento de 1932, e foi um dos maiores colaboradores de Vargas. No ano de 1935 foi eleito governador constitucional do estado pelos deputados constituintes estaduais. Em 1937, Vargas instaurou o Estado Novo, e as eleições foram canceladas. Em Minas Gerais, Valladares continuou como chefe de governo até 1945, quando o presidente foi deposto. Tornou-se político poderoso e ganhou fama pela sua habilidade nas negociações. Fundou o Partido Social Democrático (PSD), do qual foi presidente durante vários anos. Apoiou a Revolução de 1964 e, com a extinção dos partidos em 1966, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em 1971, aos 79 anos, retirou-se da vida pública, quando ocupava o cargo de senador.

45) BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) – Durante o governo Geisel, em 1974, a EMBRAMEC (Mecânica Brasileira S.A.), o IBRASA (Investimentos Brasileiros S.A.) e o FIBASE (Financiamento de Insumos Básicos S.A.) foram criados como subsidiários do BNDE e proveriam novos investimentos para capitalização de empresas nacionais consideradas prioritárias para o II PND. Posteriormente, em 1982, haveria a fusão dessas empresas e a criação da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Assim, o Sistema BNDES passou a constituir-se, além do Banco, das subsidiárias BNDESPAR e FINAME.

46) Booz Allen & Hamilton – Criada em 1914, em Chicago, por Edwin Booz, James Allen, Carl Hamilton e George Fry, é considerada uma das primeiras companhias de consultoria empresarial. Na década de 1970, durante a gestão Marcos Vianna e como parte de um processo de reorganização, o BNDE contratou a Booz Allen & Hamilton Internacional para realizar estudos sobre a estrutura e administração do Banco e do FINAME. Atualmente, é especializada em Estratégia, IT e Operações, e sua sede é em McLean, Virgínia.

47) Caixa Econômica Federal (CEF) – Criada em 1861, é uma empresa pública do governo federal brasileiro. Intermedia recursos e negócios financeiros, atuando no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infraestrutura, e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social. Em 1986 incorporou o Banco Nacional de Habitação (BNH), assumindo definitivamente a condição de maior agente nacional de financiamento da casa própria e de importante financiadora do desenvolvimento urbano, especialmente do saneamento básico.

48) Camilo Ansarah (1905-1981) – Nasceu em 1905 no Líbano e fez seus estudos universitários na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1931. Foi diretor superintendente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo; membro-diretor do Conselho Consultivo do Banco Central de Crédito S.A. e diretor presidente da Companhia Nacional de Tecidos. Participou ativamente da Associação Comercial de São Paulo, da qual foi presidente entre 1960 e 1962. Sua atuação foi marcada pela defesa da livre iniciativa.

49) Carlos Coimbra da Luz (1894-1961) – Político brasileiro, foi presidente interino da República de 8 a 11 de novembro de 1955. Foi delegado de polícia, prefeito de Leopoldina (MG), deputado federal constituinte em 1934 e presidente da Caixa Econômica Federal, entre 1939 e 1945. Depois do Estado Novo filiou-se ao PSD. Foi ministro da Justiça do governo Dutra. Assumiu a presidência da República por ser presidente da Câmara dos Deputados, em função do afastamento, por motivo de saúde, do presidente Café Filho. Foi afastado dessa função com o apoio do PSD, que declarou seu *impeachment* no Congresso Nacional sob a acusação de conspiração para não entregar o poder ao presidente eleito, Juscelino Kubitschek. A presidência foi, assim, entregue ao presidente do Senado Federal, Nereu Ramos.

50) Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa (1936-) – Economista brasileiro, formou-se pela antiga Universidade do Brasil em 1959. Fez mestrado em análise econômica no Conselho Nacional de Economia, em 1960, e doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, em 1976. Lecionou nas seguintes instituições, entre outras: Instituto Rio Branco, do Itamaraty (1961-1964); CEPAL e ILPES da ONU (1962-1968); Instituto para Integração da América Latina (1966-1969), da Universidade do Chile (1967); e UNICAMP (1979-1994). É professor da UFRJ desde 1978. Serviu como assessor do ex-presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e dirigiu a área social do BNDES entre 1985 e 1989. Foi economista do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica & Social da ONU e consultor da Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública de São Paulo. Em 2002, foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cargo do qual se licenciou para, entre janeiro de 2003 e novembro de 2004, exercer a presidência do BNDES. Hoje é filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e membro do Conselho de Orientação do IPEA.

51) Carteira de Comércio Exterior (CACEX) – Em 29 de dezembro de 1953, a Lei n.º. 2.145 criou a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) em substituição à antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil

(CEXIM), instalada em 21 de maio de 1941, mas sujeita a frequentes denúncias de corrupção e abuso. À CACEX cabia, entre outras atribuições, a emissão de licenças de importação e o estabelecimento de sobretaxas de câmbio.

52) Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) – A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil foi criada pelo Decreto-Lei nº. 3.293, de 1941, e destinava-se a estimular e a amparar a exportação de produtos nacionais e a assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros. Ao emitir as licenças de importação e de exportação, controlava quantitativamente a entrada e a saída de produtos de acordo com a orientação governamental, que, naquele momento, combatia uma forte crise cambial. Entre suas operações estavam a emissão de bônus, as operações de crédito, no País ou no exterior, e de redesconto. A Carteira foi fortemente criticada pela escassez de divisas e pela lentidão do processo de concessão de licenças. Foi substituída, em 1943, pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX).

53) Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) – Criada pela Lei nº. 454, de 9 de julho de 1937, a CREAI tinha como objetivo prestar assistência financeira “à agricultura, à criação, às indústrias de transformação ou outras que possam ser consideradas genuinamente nacionais, pela utilização de matérias-primas do País e aproveitamento de recursos naturais deste, ou que interessem à defesa nacional.” Obtinha seus recursos a partir da emissão de títulos de prazos diversos, inclusive de longo prazo. Em 1941, o Decreto-Lei nº. 3.077 tornou compulsório o recolhimento à caixa do Banco do Brasil dos depósitos judiciais, dos depósitos de empresas concessionárias de serviços públicos e de 15% dos fundos das instituições de previdência. Estes recursos e emissões, contudo, não eram suficientes para as necessidades de financiamento da agricultura e da indústria atendidas pelo Banco e a CREAI recorria com frequência à Carteira de Redescontos do BB.

54) Caso Lutfalla – O Caso Lutfalla ou Escândalo Lutfalla estourou em 1977 nos meios de comunicação, depois que veio a público a informação que recursos provenientes do BNDE alimentavam um esquema de transferência para empresas em nome da esposa de Paulo Maluf, Sylvia Lutfalla Maluf. A empresa paulista Fiação e Tecelagem Lutfalla, à beira da falência, vivia um processo de intervenção do Banco e o financiamento não poderia ser justificado. A contragosto do governador do estado, Abreu Sodré, Paulo Maluf foi nomeado prefeito de São Paulo para o período de 1969 a 1971, por indicação do presidente da República, Artur da Costa e Silva, e apoio do ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto. Acusado de enriquecimento ilícito nos anos seguintes, Maluf teve os bens

confiscados, mas não respondeu por esse crime porque todas as iniciativas esbarraram na omissão do Ministério Público, suscetível à crescente influência política, própria dos regimes autoritários.

55) Caterpillar Inc. – A Caterpillar é uma empresa estadunidense e multinacional que fabrica máquinas, motores e veículos pesados, voltados principalmente para a construção civil e a mineração. Foi criada em 1925 com a união das empresas Holt Manufacturing Company e a C. L. Best Tractor Co. Iniciou suas atividades no Brasil em 1954 com um armazém para comercialização, fabricação e estocagem de peças e componentes. Em 1955, a Caterpillar Inc. realizou seu segundo investimento fora dos Estados Unidos: comprou uma área de 164 mil m² na cidade de São Paulo e lá instalou sua fábrica, que começou a produzir em 1960.

56) Celso Lafer (1941-) – Jurista brasileiro, foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e das Relações Exteriores, em duas ocasiões: em 1992, no governo Collor de Mello, e de 2001 a 2002, no governo Cardoso. Foi também embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização das Nações Unidas (ONU), de 1995 a 1998. Desde 2002 é membro da Corte Permanente de Arbitragem Internacional de Haia. No dia 21 de julho de 2006 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Em agosto de 2007 assumiu a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, para um mandato de três anos.

57) Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) – A criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) foi proposta em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas, mas a instituição da Empresa só ocorreria em 1962, durante o governo Goulart. O projeto enfrentou grande oposição e só foi aprovado após sete anos de tramitação no Congresso Nacional. Recebeu a atribuição de promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica do País. Hoje, a Eletrobrás lidera um Sistema composto de seis empresas subsidiárias, do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) e ainda possui metade do capital da Itaipu Binacional. A empresa é a maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina.

58) Centro de Desenvolvimento CEPAL-BNDE – Criado no Brasil em 1953, sob a direção Aníbal Pinto e Oswaldo Sunkel. Faziam parte do centro Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e Antonio Barros de Castro, entre outros. Desde sua criação, se incumbiu de realizar levantamentos estatísticos e análises preliminares com vistas à elaboração dos Estudos Econômicos anuais da CEPAL – os *surveys*. Sua função mais

marcante, no entanto, foi a capacitação de técnicos na área governamental. Durante uma década, os seus famosos cursos se realizaram no Rio de Janeiro, sede do organismo. A partir de 1963, se regionalizaram, do Norte ao Sul do País.

59) Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) – Centro brasileiro de pesquisas aeronáuticas instalado na cidade paulista de São José dos Campos. Fundado em 1953, é uma organização do Comando da Aeronáutica que tem por finalidade a realização das atividades técnico-científicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento aeroespaciais de interesse do Ministério da Defesa. Em 1971, teve seu nome alterado para Centro Técnico Aeroespacial e hoje é conhecido como Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial. Graças à pesquisa dentro do CTA, surgiu um produto de interesse do mercado, o que causou, em 1969, a fundação da EMBRAER para fabricar em série o avião “EMB-110 Bandeirante”. Fazem parte do CTA o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto de Estudos Avançados (IEAV), o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) e o Grupo Especial de Ensaio em Vôo (GEEV).

60) Cleantho de Paiva Leite (1922-1993) – Nascido na Paraíba, Cleantho de Paiva Leite foi jornalista, advogado, economista, administrador, professor e articulador político. Formou-se em direito pela Faculdade do Recife, em 1945. No ano seguinte, fixou-se no Rio de Janeiro. Antes, em 1937, ocupara os cargos de bibliotecário do Estado e diretor do DASP; no Recife, foi redator do *Diário de Pernambuco*. A partir de 1946, já estabelecido na capital da República, exerceu a direção do DASP e a assessoria da Presidência da República, no governo JK, de 1955 a 1960; foi chefe de gabinete do ministro da Viação; diretor do BNDES e do BID. Ajudou a criar o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI).

61) Clube de Itatiaia – O Clube de Itatiaia, ou Grupo de Itatiaia, era formado por um grupo de intelectuais que se reunia em Itatiaia – cidade serrana do estado do Rio de Janeiro –, em local cedido pelo Ministério da Agricultura, a partir de 1952. Esse grupo procurava convencer o ministro da Educação, Cândido Mota Filho, da necessidade do governo constituir uma assessoria e criar um instituto de estudos e pesquisas diretamente vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Dessa proposta surgiu o Instituto Brasileiro de Economia Sociologia e Política – IBESP em 1953, e depois se originou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB em 1955, diretamente subordinado ao ministro de Estado, embora dotado de autonomia administrativa e cátedra.

62) Clube dos Economistas – Criado em 1954 por um grupo de amigos, teve como um de seus fundadores e seu primeiro presidente o economista Celso Furtado. O Clube dos Economistas reuniu a primeira geração de economistas de esquerda do País. Entre seus sócios ilustres estavam Américo Barbosa de Oliveira, Annibal Villela, Ewaldo Correia Lima, Rômulo de Almeida e João Paulo de Almeida Magalhães. O principal objetivo do Clube era editar a *Revista Econômica Brasileira*.

63) Clube Militar – O Clube Militar é uma associação civil com sede na cidade do Rio de Janeiro. Logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o Brasil viveu um período conturbado, com as campanhas abolicionista e republicana e as questões militares e religiosas, assinaladas por grande efervescência de ideias, por graves crises e pelo surgimento das instituições que abrigariam os grupos que então se debatiam. A categoria militar, afetada diretamente pela questão militar e indiretamente por todas as outras, não fugiria à regra. Fundou-se inicialmente o Clube Naval, em seguida o Clube Militar, em 1887, e, posteriormente, o Clube da Aeronáutica. Seu primeiro presidente foi o marechal Deodoro da Fonseca. Atuante politicamente, a partir de 1964 o Clube Militar passou também a dedicar-se a assuntos de ordem administrativa e à ampliação de seu patrimônio.

64) Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) – Em julho de 1951, o presidente Getúlio Vargas criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), subordinada ao Ministério da Fazenda, com o propósito de impulsionar a política industrial. Participavam da Comissão técnicos, militares e empresários como Euvaldo Lodi, Luís Dumont Villares, Edmundo de Macedo Soares, Lucio Meira, Augusto Frederico Schmidt, entre outros. A CDI formulou um Plano Geral de Industrialização para o País e era composta por subcomissões, das quais se destacam a Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (CEIMA) e a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico (CEIME). A CDI foi extinta com a saída de Vargas, mas durante o governo Kubitschek foi recriada com uma nova roupagem: Conselho de Desenvolvimento.

65) Comissão do Vale São Francisco (C.V.S.F.) – Com a finalidade de elaborar e executar o plano de aproveitamento da região do São Francisco e afluentes, foi criada pela Lei n.º. 541, de 1948, a Comissão do Vale do São Francisco (C.V.S.F.), entidade estatal diretamente subordinada ao presidente da República. Somente sete anos depois, o plano geral para o Vale do São Francisco foi aprovado pelo Congresso Nacional nos termos da Lei n.º. 2.599, de 1955. Suas atribuições eram amplas e compreendiam estudos globais sobre a bacia

hidrográfica; construção de centrais elétricas; execução de irrigação; saneamento e drenagem de terras agrícolas; realização de serviços de educação, de ensino profissional, de saúde e de assistência; e efetivação de trabalhos destinados ao desenvolvimento da produção agropecuária e industrial.

66) Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

– A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latinoamericana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 44 estados-membros e oito territórios não independentes como membros. Quando criada, reuniu grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latinoamericano. Postulava que a industrialização era o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da região. Um de seus economistas, o brasileiro Celso Furtado, coordenou ações da CEPAL em conjunto com o BNDE, para elaboração do estudo que ficou conhecido como “Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira no período de 1955 a 1960”. Este estudo serviu de base para elaboração do Plano de Metas.

67) Comissão Geral de Investigações (CGI) – A Comissão Geral de Investigações foi criada no Ministério da Justiça, pelo Decreto- Lei n°. 359, de 17 de setembro de 1968. Sua função era “promover investigações sumárias para o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, inclusive de empregos das respectivas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista”. Durante os governos militares, os instrumentos criados para o combate à corrupção eram os inquéritos policiais-militares, IPMs, abertos em todos os estados e submetidos, inicialmente, ao controle da CGI. Hoje, o acervo recolhido ao Arquivo Nacional é formado por processos relativos ao período de 1968 a 1979, perfazendo cerca de 264 metros lineares de documentos.

68) Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) – A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi estabelecida em 01 de julho de 1951, formada

por técnicos brasileiros e americanos. O chefe da missão brasileira era o engenheiro Ari Frederico Torres. A partir do diagnóstico do Plano Abbink-Bulhões, estabeleceu prioridades para projetos setoriais que pudessem ser financiados por instituições internacionais. Foram aprovados 41 projetos, totalizando o montante de US\$ 392 milhões, distribuídos pelos seguintes setores econômicos: transporte, com taxa de participação de 56% (maior parte destinada a ferrovias), energia elétrica com 33%, agricultura 6% e indústrias básicas e armazenagem com 5%. Encerrou seus trabalhos em julho de 1953.

69) Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) – A Companhia Brasileira de Alumínio foi a primeira indústria de alumínio do Brasil. A empresa iniciou suas operações em 1955, produzindo 4 mil toneladas/ano; em 2005 produzia 400 mil toneladas/ano. Com a construção da fábrica em Alumínio (SP), iniciou-se o novo ciclo do desenvolvimento da metalurgia no País. A exploração da bauxita, matéria-prima usada na produção do alumínio, já havia sido iniciada em 1931 na região de Poços de Caldas (MG), e a partir de então os investimentos não pararam. Noventa por cento do projeto foi financiado pela Votorantim que, em 1946, passou a ter o controle acionário da empresa.

70) Companhia Brasileira de Engenharia (CBE) – Empresa de projetos e consultoria que, dentre suas realizações de destaque, desenvolveu o Plano de Eletrificação de Minas Gerais, em 1950, e o Plano de Eletrificação do Estado de São Paulo, em 1953. Seu plano teve como consequência a organização da Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (CEMIG), depois denominada Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), empresa que realizou os projetos das seguintes usinas hidrelétricas: Itutinga II, Américo René Gianetti, Tronqueiras e Bernardo Mascarenhas. Em São Paulo, foram criadas as Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (USELPA), em 1953, que desenvolveu a execução das usinas hidrelétricas Lucas Nogueira Garcez e Jurumirim; a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (CHERP), em 1955, responsável pela construção das usinas hidrelétricas Armando de Salles Oliveira e Euclides da Cunha; e as Centrais Elétricas do Urubupungá S.A. (CELUSA), que iniciou os projetos das usinas hidrelétricas Eng. Souza Dias e de Ilha Solteira.

71) Companhia Brasileira de Material Ferroviário (COBRASMA) – Empresa fabricante de material ferroviário e autopeças pertencente ao Grupo Vidigal. Criada no ano de 1944 para suprir a falta de peças dos trens importados que circulavam no País, devido à proibição de importação de peças durante a Segunda Guerra Mundial. Chegou a ser o maior fabricante de material ferroviário

da América Latina, exportando para países tão distintos como Gabão e Estados Unidos. Nos últimos anos fabricou também trólebus. Em 1993, depois de vários pedidos de concordata, encerrou suas atividades.

72) Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) – Empresa de capital misto fundada em 1952, a Companhia Energética de Minas Gerais é uma das mais importantes concessionárias de energia elétrica do Brasil; o controle de capital é do governo de Minas Gerais, com cerca de 50% de suas ações ordinárias, seguido pela Southern Eletric Brasil Participações. Com a maturação dos grandes projetos hidrelétricos dos anos 1950, a empresa dispôs, na década de 1960, de energia bastante para influir decisivamente no desenvolvimento de todo o estado. Em 1973, a CEMIG assumiu a distribuição na região de Belo Horizonte, incorporando a Companhia Força e Luz de Minas Gerais. Com o crescimento econômico dos anos 1970, aumentou a demanda de energia e retomou os projetos de construção de grandes usinas. Sua maior usina, São Simão, no rio Paranaíba, foi inaugurada em 1978, com capacidade instalada de 2,7 mil mW.

73) Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) – A Companhia Ferro e Aço de Vitória foi fundada em 1942, no início do processo de industrialização do Espírito Santo, pela família Oliveira Santos, proprietária de um grande grupo exportador de café. Seu alto-forno começou a operar em 1945 e a sede da empresa se situou no município de Cariacica, com a produção concentrando-se, inicialmente, em ferro gusa. Posteriormente, fez parte do projeto siderúrgico brasileiro – recebeu recursos do BNDE durante o governo de Juscelino Kubitschek –, transformando-se em relaminadora. No final da década de 1950 veio a ser controlada pelo BNDES, contando também com pequena participação da empresa alemã Ferrostaal, prestadora de assistência técnica.

74) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) – A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, subsidiária da Eletrobrás foi criada pelo Decreto-Lei nº. 8.031, de 1945. Sua missão é produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para a Região Nordeste do Brasil. Seu sistema de geração atualmente é composto de 14 usinas hidrelétricas e uma termelétrica, com uma potência nominal disponível de 10.618,32 MW, a maior entre as empresas nacionais do setor elétrico.

75) Companhia Mannesmann – O grupo Mannesmann AG, sediado na Alemanha, é um dos maiores conglomerados industriais do mundo. Sua atuação no Brasil remonta à década de 1950, época em que foi iniciado o processo de exploração de petróleo na América Latina. Foi a primeira grande empresa a investir

significativamente no País após a Segunda Guerra Mundial. Fundou em 1952 a Companhia Siderúrgica Mannesmann, em Belo Horizonte. A cidade foi escolhida por sua proximidade das grandes jazidas de minério de ferro, posição estratégica junto aos principais mercados consumidores de tubos e aços e disponibilidade de recursos energéticos. Em 1977, a razão social da empresa foi alterada para Mannesmann S.A. Em 1994, foi incorporada pela Mannesmannrohren-Werke AG, da Alemanha.

76) Companhia Mercantil Ingá – Localizada no município de Itaguaí, Ilha da Madeira, ao lado do Porto de Sepetiba, a Cia. Mercantil Ingá tinha como principal atividade a produção de placas e lingotes de zinco de alta pureza. Foi decretada sua falência em 1987. A empresa instalou-se em 1969, a 800 metros do mar, em região de mangue, para extração de zinco a partir de calamina, processo que exige química e gera resíduos tóxicos. Com o passar dos anos, os rejeitos empilhados ao lado dos galpões da empresa e abandonados a céu aberto após sua falência se transformaram no maior passivo ambiental do estado do Rio de Janeiro.

77) Companhia Nacional de Álcalis – Empresa brasileira produtora de barrilha e sal, a Companhia Nacional de Álcalis foi criada em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas. Instalada no município de Arraial do Cabo (RJ), iniciou suas operações somente no final dos anos 1950. Única produtora de barrilha da América Latina, foi privatizada em 1992 e, com a nova gestão, deparou-se com um esfacelamento e deterioração de seu parque fabril, fato que gerou prejuízos recorrentes. Em 2006 suas operações foram paralisadas e o capital da empresa foi doado para o sindicato dos trabalhadores locais, cuja diretoria assumiu interinamente a gestão.

78) Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA) – Criada em 1961, a Companhia Siderúrgica da Guanabara foi comprada pela Gerdau, em associação com o grupo alemão Thyssen ATH, em 1971. Neste mesmo ano, a Gerdau iniciou a construção da Usina COSIGUA, que começaria suas operações no ano seguinte. Hoje é a maior usina de aços longos da América Latina, conhecida como Gerdau – COSIGUA. Está sediada no Rio de Janeiro, no distrito industrial de Santa Cruz, e atende aos setores da construção civil, indústria e agropecuária.

79) Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) – Em Volta Redonda (RJ) está localizada a Companhia Siderúrgica Nacional, a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina e uma das maiores do mundo. Foi criada em 1941 por decreto do presidente Getúlio Vargas, após um acordo diplomático denominado

Acordos de Washington, feito entre os governos brasileiro e estadunidense, que previa a construção de uma usina siderúrgica que pudesse fornecer aço para os aliados durante a Segunda Guerra Mundial e, na paz, ajudasse no desenvolvimento do Brasil. Começou efetivamente a operar em 1946, durante o governo do presidente Dutra. Empresa estatal até 1993, quando foi privatizada no Programa Nacional de Desestatização. Hoje, sua principal usina produz cerca de 6 milhões de toneladas de aço bruto e mais de 5 milhões de toneladas de laminados por ano, sendo considerada uma das mais produtivas do mundo.

80) Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) – A Companhia Siderúrgica Paulista foi fundada em 1953. Após mais de dez anos em fase de preparação e projeto, foi inaugurada em dezembro de 1963, no governo Castello Branco. Três anos depois, transformou-se em uma usina siderúrgica integrada a coque. Após dois grandes planos de expansão, nos anos 1970 e 1980, sofreu gravemente com a recessão dos anos 1980 e com deficiências administrativas impostas por sucessivas diretorias indicadas pelo governo. A COSIPA entrou nos anos 1990 com os resultados mais negativos das siderúrgicas brasileiras. Privatizada em 1993, passou a ser controlada por um grupo de investidores liderados pela USIMINAS.

81) Confederação Nacional da Indústria (CNI) – Criada em 12 de agosto de 1938 por iniciativa de quatro federações de indústrias (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), é a instituição máxima de organização do setor industrial brasileiro. Coordena um sistema formado por 27 federações de indústria dos estados e do Distrito Federal – às quais estão filiados 1.016 sindicatos patronais – e administra o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Foi criada por meio da fusão de várias entidades, que representavam os sindicatos patronais, dentre elas a Sociedade Auxiliadora da Indústria e o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro. Sua principal meta era a consolidação de leis e a colaboração entre estados e governo federal em busca do desenvolvimento do País. Foi fundada pelos industriais e educadores Euvaldo Lodi, Horácio Lafer e Vicente Galiez.

82) Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) – A 1ª CONCLAT foi realizada na Praia Grande, em 1981, com o objetivo de construir uma central única dos trabalhadores brasileiros. No entanto, parcela dos sindicalistas presentes não tinha clareza sobre a necessidade de fundar a CUT naquele momento e foi constituída uma Comissão Pró-CUT para fundar a central no

congresso seguinte. Configuravam-se duas fortes vertentes no sindicalismo: de um lado, o chamado “sindicalismo autêntico”, que reunia os dirigentes vinculados ao PT, a ala progressista da igreja católica e trotskistas, que mais tarde fundariam a CUT; de outro, um grupo constituído de sindicalistas formados no corporativismo sindical, defensores da estrutura sindical vigente. O racha foi inevitável e resultou na fundação da CUT em 1983, presidida por Jair Menegueli, e da CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), que em 1986 se transformaria na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), presidida por Joaquim dos Santos Andrade.

83) Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) – Em 1959 foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste com o objetivo de coordenar e executar os projetos e programas de ação imediata para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste. O órgão foi criado provisoriamente até a constituição, por lei, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Decreto nº. 45.445, de 1959, dispõe sobre sua estrutura e atribuições.

84) Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) – O Conselho de Desenvolvimento Econômico foi criado em 1974, durante o governo Geisel, como “unidade central de planejamento do governo, para implementar o II PND”. O CDE era diretamente subordinado ao presidente da República e passou a absorver as atribuições que antes estavam sob a responsabilidade do Conselho Monetário Nacional, onde tinham também assento representantes dos empresários. No CDE, os empresários perderam a possibilidade de participar dessa instância decisória. As modificações introduzidas na política econômica resultaram em uma maior centralização do poder no presidente da República e no fortalecimento do setor público, o que provocou reações por parte do empresariado nacional.

85) Conselho do Desenvolvimento – Criado por Juscelino Kubitschek em 1º de fevereiro de 1956, como um órgão diretamente subordinado à Presidência da República, o Conselho do Desenvolvimento coordenaria o detalhamento e a execução do Plano de Metas. Tendo como secretário-executivo o presidente do BNDE – e reunindo todos os ministros, os chefes dos gabinetes Civil e Militar e o presidente do Banco do Brasil –, constituiria uma administração paralela com autonomia de decisão suficiente para viabilizar a realização dos projetos. Recorria a especialistas dos diversos setores previstos no Plano de Metas e também a economistas oriundos de órgãos do governo, como a Superintendência

da Moeda e do Crédito (SUMOC). Atuava por intermédio de grupos executivos, aos quais cabia a responsabilidade pela concessão de incentivos ao setor privado para que as metas de que tratavam fossem atingidas. O mais conhecido de todos foi o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA).

86) Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) – O Conselho Federal de Comércio Exterior foi criado em 1934, durante o governo Vargas, com a finalidade de centralizar a política de comércio exterior do País. Era composto, entre outros, por representantes de diversos ministérios, do Banco do Brasil e da Associação Comercial, todos designados pelo presidente da República. Importantes iniciativas do governo Vargas na área econômica – como a criação do Instituto Nacional do Mate e do Conselho Nacional do Petróleo – surgiram no CFCE, que foi responsável em boa medida pela linha nacionalista e estatizante adotada pelo governo no período. Sua atuação foi decisiva, também, para o acesso dos grupos empresariais ao aparelho estatal, realizado por meio de representação classista. Foi extinto em 1949, sendo substituído pelo Conselho Nacional de Economia.

87) Conselho Monetário Nacional (CMN) – O Conselho Monetário Nacional foi criado em 31 de dezembro de 1964, pela Lei nº. 4.595. Com poder deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional, é responsável por expedir normas e diretrizes gerais para seu bom funcionamento. É constituído pelos ministros de estado da Fazenda (presidente do conselho) e do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo presidente do Banco Central do Brasil. Entre suas competências estão: estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial.

88) Conselho Nacional de Economia (CNE) – Foi instituído em 1949, por meio da Lei nº. 970. O CNE tinha como incumbência realizar estudos econômicos e, por iniciativa própria ou por solicitação dos poderes públicos, opinar sobre as diretrizes da política econômica nacional, interna ou externa, e sugerir as medidas que julgasse necessárias. Compunham o Conselho nove conselheiros de notória competência em assuntos econômicos, nomeados pelo presidente da República depois de aprovados pelo Senado Federal. O CNE patrocinava cursos de especialização em desenvolvimento econômico. Em 1951, pela Lei nº. 1.411, sob influência do CNE, foi regulamentada a profissão de economista e criados os conselhos Federal e Regionais de Economistas.

89) Conselho Nacional do Petróleo (CNP) – O Conselho Nacional do Petróleo foi o órgão governamental brasileiro responsável pela definição da política petrolífera entre 1939 e 1960, quando incorporado pelo Ministério de Minas e Energia. Primeira iniciativa para estruturar e regulamentar a exploração de petróleo no Brasil, foi criado pelo Decreto-lei n.º. 395, de 1938, pelo presidente Getúlio Vargas, no contexto de uma disputa entre posições nacionalistas e empresários interessados na exploração do petróleo no Brasil. Após a criação do CNP, por meio de uma legislação que dava ao governo o controle sobre as atividades de refino e exploração do petróleo, o País deu os primeiros passos para adoção de uma política nacionalista que culminaria com a futura instalação do monopólio estatal no setor. Em 1953, o CNP passou para a recém-criada Petrobras todo o seu acervo técnico, tornando-se responsável apenas pela tarefa de fiscalizar o setor petrolífero.

90) CONTROL – Empresa fabricante de telefones de disco comprada pela Gradiente em 1974.

91) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior destina-se a fomentar programas de pós-graduação *stricto sensu* e o acesso e divulgação da produção científica. Dedicada-se, ainda, a realizar investimentos na formação de recursos de alto nível no País e exterior e a promover a cooperação científica internacional. Sua origem data de 1951, da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, instituída pelo Decreto n.º. 29.741. Em 1953, foi implantado o Programa Universitário – principal linha da CAPES para as universidades e institutos de ensino superior – e em 1961, a instituição passou a responder diretamente para a Presidência da República. Durante o regime militar, ficou subordinada, novamente, ao Ministério da Educação e Cultura e, em 1966, a partir do Programa Estratégico de Governo e do II Plano Nacional de Desenvolvimento, sua estrutura foi alterada pelo Decreto n.º. 74.299, ganhando autonomia financeira. Hoje, a CAPES é reconhecida como Agência Executiva do Ministério da Educação junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior.

92) *Correio da Manhã* – Periódico brasileiro fundado por Edmundo e Paulo Bittencourt, publicado no Rio de Janeiro de 1901 a 1974. Caracterizou-se por fazer oposição a quase todos os presidentes brasileiros do período, razão pela qual foi perseguido e fechado em diversas ocasiões, e os seus proprietários e dirigentes, presos. Lá trabalharam Lima Barreto, Otto Maria Carpeaux, Ledo

Ivo, Renard Perez, Antônio Callado, Carlos Drummond de Andrade, Márcio Moreira Alves, Holoassy Lins de Albuquerque e Antônio Moniz Vianna, entre outros. O periódico não sobreviveu ao regime militar instalado em 1964, por ser um feroz opositor do governo. Foi fechado após a prisão de sua proprietária, Niomar Moniz Sodré, e de seus principais redatores, e pela falta de verbas publicitárias, quadro causado pela pressão do governo militar.

93) Daniel Keith Ludwig (1897-1992) – O empresário americano Daniel Keith Ludwig tentou construir nas selvas do Amapá um enorme projeto de mineração, uma fábrica de celulose, uma termoelétrica, etc. Em 1999, devendo cerca de US\$ 100 milhões ao BNDES, US\$ 50 milhões ao Banco do Brasil e outros US\$ 150 milhões a um consórcio de 20 bancos privados, o Projeto Jarí entrou em “concordata branca”, sem comprador.

94) Decreto n.º. 59.170 – O Decreto n.º. 59.170, de 2 de setembro de 1966, criou a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, incorporando o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, criado pelo Decreto n.º. 55.275, de 22 de dezembro de 1964.

95) Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) – Criado pelo Decreto-Lei n.º. 579, de 1938, o DASP tinha como objetivo elaborar mecanismos que viabilizassem a reforma administrativa e racionalizassem o serviço público, separando-o da influência política. Pretendia também integrar os diversos setores da administração pública, promover o aperfeiçoamento do pessoal com a criação de cursos para esse fim e estabelecer o sistema de mérito para a seleção de funcionários, com a escolha por meio dos concursos públicos. Elaborou o primeiro Estatuto dos Funcionários Públicos do Brasil, com a fixação de deveres e direitos dos servidores federais. Outra importante atribuição era a elaboração da proposta orçamentária federal e a sua fiscalização, que assumiu a partir de 1945. Após a queda de Vargas, foi administrativamente esvaziado, passando a exercer atividades de assessoramento, além da realização de concursos para o funcionalismo federal e o seu aperfeiçoamento. No governo militar teve o nome alterado para Departamento Administrativo do Pessoal Civil.

96) Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) – Dentre os órgãos regionais, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS pelo Decreto n.º. 7.619 de 1909, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. Em

1919 (Decreto nº. 13.687), passou a chamar-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, e em 1945 (Decreto-Lei nº. 8.846, de 28/12/1945) recebeu sua denominação atual. A Lei nº. 4.229, de 01/06/1963, transformou o órgão em autarquia federal.

97) Dom Hélder Pessoa Câmara (1909-1999) – Nascido em Fortaleza, Dom Hélder Câmara foi um bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, grande defensor dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro e integralista. Pregava uma igreja simples, voltada para os pobres, e a não-violência. Por sua atuação, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais e foi o único brasileiro indicado quatro vezes para o Prêmio Nobel da Paz.

98) Duratex S.A. Indústria e Comércio – Empresa privada brasileira de capital aberto, suas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo desde 1951, ano de sua criação. É controlada pelo Grupo Itaúsa. Fabricante de produtos de madeira, louças e metais sanitários – destinados à indústria de móveis e à construção civil –, a empresa possui oito unidades industriais, sete localizadas no estado de São Paulo e uma no Rio Grande do Sul.

99) Revista Econômica Brasileira — Revista trimestral editada pelo Clube dos Economistas, considerada órgão de divulgação do pensamento heterodoxo, progressista ou de esquerda, opondo-se à linha de publicações da Fundação Getúlio Vargas, onde predominavam orientações ortodoxas. Criada em 1955, o Clube enfrentou desde o início dificuldades financeiras para sustentar sua publicação. A revista não teve inserção sistemática em instituições de ensino ou de pesquisa e seus trabalhos foram efetuados basicamente sob forma de ensaios, que enfatizavam os aspectos mais globalizantes da realidade econômica, como desenvolvimento, pobreza e industrialização, vistos sob o foco da problemática nacionalista. Foi extinta em 1964.

100) Eduardo Nicanor Frei Montalva (1911-1982) – Opositor de Salvador Allende, foi presidente do Chile de 1964 até 1970, eleito pelo Partido Democrata Cristão. Sua eleição em 1964, quando derrotou Allende, foi creditada à maciça intervenção da CIA (*Central Intelligence Agency*), que proveu mais da metade das verbas de sua campanha política e promoveu gigantesca campanha publicitária a seu favor. Seu governo foi marcado pelo início de uma espécie de reforma agrária. Suas políticas foram consideradas superficiais e descontentaram a maioria da sociedade, provocando a divisão do próprio Partido Democrata Cristão.

101) Edmundo Barbosa da Silva (1917-) – Embaixador, bacharelou-se em direito e iniciou sua carreira diplomática em 1939. Algumas de suas atividades de destaque: auxiliar do Gabinete Civil da Presidência da República em 1945; participação na Comissão Mista Brasil-Argentina; membro do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq); consultor do Conselho de Desenvolvimento e membro da Comissão de Minério desse organismo; ministro de primeira classe; secretário-geral interino do Ministério das Relações Exteriores; integrante do conselho técnico da Federação Nacional de Comércio; presidente do GATT e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

102) Edmundo de Macedo Soares e Silva (1901-1989) – Militar, engenheiro e político brasileiro. Formou-se em engenharia na França, tendo se especializado em metalurgia. Foi diretor-técnico da CSN; ministro da Viação e Obras Públicas no ano de 1946; governador do estado do Rio de Janeiro entre 1947 e 1951; presidente da ACESITA, da CSN e do conselho consultivo da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA); vice-presidente da Mercedes-Benz; presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Durante o governo Costa e Silva exerceu o cargo de ministro da Indústria e Comércio, dedicando-se até o fim da vida à indústria privada.

103) EMBRAMEC S.A. – Criada em abril de 1974, como uma subsidiária do BNDE, a EMBRAMEC (Mecânica Brasileira S.A.) iniciou suas operações no segundo semestre daquele ano, com a função de agente catalisador do setor privado nacional na área de bens de capital. Tinha em vista dois objetivos básicos: acelerar o ritmo de substituição das importações de bens de capital; e ampliar a capacidade de produção instalada de modo a suprir as necessidades do mercado interno e gerar excedentes com possibilidades de competir no mercado externo. Aportava capital de risco, participando, tanto quanto possível, de empresas de capital aberto ou das que assumiam o compromisso de transformar-se em tal tipo de sociedade.

104) Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) – Militar e político brasileiro, foi presidente do Brasil entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Nascido no Rio Grande do Sul, estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e formou-se oficial na Escola Militar de Realengo em 1927. Foi a favor da Revolução de 1930 e contra a posse de João Goulart em 1961. Foi comandante da Academia Militar de Agulhas Negras e adido militar nos Estados Unidos. Em 1967 sucedeu a Golbery do Couto e Silva na chefia do SNI, onde permaneceu dois

anos. Em 1969 foi nomeado comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre. Com a morte do presidente Costa e Silva, foi escolhido por uma junta militar para assumir o governo brasileiro. Seu governo ficou conhecido como “os anos de chumbo” da ditadura, devido à violentíssima repressão promovida contra opositores do regime militar. Em seu governo houve um grande crescimento econômico, que ficou conhecido como o “Milagre brasileiro”.

105) Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) – A Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. foi criada em 1969, no bojo de um projeto estratégico para implantar a indústria aeronáutica no País, num contexto de substituição de importações. Inicialmente, a maior parte de seu quadro de pessoal era formada pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), do Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Em 1980, houve uma fusão com a Indústria Aeronáutica Neiva, que se tornou sua empresa subsidiária. Durante as décadas de 1970 e 1980, a EMBRAER conquistou importante projeção nacional e internacional. Atualmente, é fabricante de aviões de pequeno e médio porte, para uso na aviação regional, executiva e agrícola, além de caças militares, aviões de sensoramento remoto e para transporte de autoridades, sendo a terceira maior fabricante de aviões do mundo –atrás da Boeing e da Airbus – e uma das maiores companhias exportadoras do Brasil, em termos de valor absoluto, desde 1999.

106) Empresas Caraíba Metais S.A. –Criada em 1969, a Caraíba Metais S.A. iniciou suas atividades em 1982. Situada no município de Dias d’Ávila, junto ao Polo Industrial de Camaçari, é a única produtora brasileira de cobre eletrolítico por processo pirometalúrgico. É reconhecida, pela sua escala de produção e pelos seus índices de desempenho, como uma das mais importantes metalurgias de cobre do mundo. No Brasil, em 1874, foi descoberta uma mina de cobre no sertão da Bahia. Setenta anos depois, foram iniciados trabalhos de sondagem para verificar seu potencial, com a exploração de minério em Jaguarari (BA). Em 1974, o empreendimento ganhou impulso com a aquisição do controle pelo BNDE e, em 1977, após estudos, iniciou-se a implantação do Projeto Caraíba, englobando, além da mina em Jaguarari, uma metalurgia de cobre em Dias d’Ávila.

107) Ernani Galvêas (1922-) – Bacharel em Ciências e Letras, contador, advogado e economista pelo Instituto de Economia de Wisconsin, e mestre em economia pela Universidade de Yale. Foi funcionário do Banco do Brasil, da SUMOC, do Ministério da Fazenda, da Comissão de Marinha Mercante e presidente do Banco Central do Brasil por dois períodos (1968-1974 e 1979-1980). Tomou posse no Ministério da Fazenda em janeiro de 1980. Como

ministro, exerceu as funções de representante do Brasil no BIRD, BID, Fundo Africano de Desenvolvimento e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia da Prata. Também na função de ministro foi presidente do Conselho Monetário Nacional, do Conselho Nacional de Comércio Exterior, bem como de outros órgãos colegiados interministeriais. Foi membro dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico Social e Industrial.

108) Ernesto Geisel (1908-1996) – General e político brasileiro, foi o quarto presidente do regime militar (no período de 1974 a 1979). Nascido no Rio Grande do Sul, estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e formou-se oficial na Escola Militar de Realengo em 1928. Participou de ações militares na Revolução de 1930 como tenente. Fez parte das tropas federais que combateram a Revolução Constitucionalista de 1932. Foi dirigente da refinaria Cubatão em 1956, da Petrobras (1969 a 1973) e da Norquisa, após deixar a presidência. Como presidente, Geisel se dedicou à abertura política, encontrando resistência dos militares da chamada linha-dura. Extinguiu o AI-5. Conseguiu fazer seu sucessor João Figueiredo, que continuou a abertura política. Seu governo foi marcado por grande desenvolvimento econômico, promovido pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

109) Eros Orozco – Destacado funcionário do estado brasileiro nos anos 1950, é citado em vários depoimentos. Participou, no BNDES, do estudo de viabilidade do projeto da USIMINAS.

110) Estaleiros Verolme – Fundado em 1959 pelo empresário holandês Cornélius Verolme, o estaleiro Verolme teve sua área física cedida por 99 anos pelo sistema de *enfiteuse*, durante a execução do plano de desenvolvimento do setor naval promovido pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek. Verolme comprou e desmontou a Ilha do Moreno, na qual construiu a carreira de produção. A região era, na ocasião, o sítio onde estava projetada a construção do antigo Arsenal de Marinha e é considerada a maior planta de construção naval da América do Sul. Chegou a ter 12 mil empregados na década de 1970.

111) Eucatex – Empresa brasileira criada em 1951. O embrião da Eucatex foi a Serraria Americana, instalada em 1923, em São Paulo. A primeira fábrica foi inaugurada em Salto (SP), em 1954. Lá produzia forros acústicos e chapas *soft* de fibras de madeira. Pouco depois passou a fabricar chapas isolantes e acústicas. Entre 1956 e 1965 a empresa instalou escritórios de representação em várias capitais brasileiras e em Buenos Aires. Em 1965 começou a exportar para a Europa. Do final dos anos 1960 até 1980, inaugurou uma nova fábrica de chapa

dura, em Salto, e de unidade metálica em Barueri (SP). Abriu escritórios na Holanda, nos Estados Unidos e no México. Encerrou a década de 1980 com áreas produtivas divididas em: florestal, madeira, metálica e mineral. Com a inauguração de mais uma fábrica em Salto, passou a desenvolver em seus laboratórios uma linha completa de tintas e vernizes. Em Botucatu iniciou, em 1996, a fabricação de painéis de MDP. Atualmente, a empresa exporta para 40 países e possui quatro fábricas em Botucatu, Salto e Paulínia. Produz pisos, divisórias, telhas, painéis MDP, chapas de fibras de madeiras, substratos agrícolas, produtos minerais, tintas e vernizes.

112) Eugênio Gudín Filho (1886-1986) – Nascido no Rio de Janeiro, o engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro interessou-se, a partir dos anos 1920, pelos assuntos econômicos. Foi diretor de *O Jornal*, da Western Telegraph Co. e da Great Western of Brazil Railway. Em 1944, foi nomeado pelo ministro da Educação Gustavo Capanema para redigir o projeto de lei que institucionalizaria os cursos de economia no Brasil. Exponente do pensamento liberal, representou o Brasil na Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods, em 1944, e foi ministro da Fazenda do governo Café Filho (1954-1955). Durante sua passagem pelo Ministério promoveu a política de estabilização restritiva, baseada no corte do gasto público e na contenção da expansão monetária e do crédito. Foi em sua gestão que a Instrução 113, da SUMOC, depois amplamente utilizada no governo Kubitschek, foi instituída com o fim de minimizar o desequilíbrio do balanço de pagamentos e facilitar o ingresso de investimentos estrangeiros no País. Foi professor da antiga Universidade do Brasil e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas, um dos idealizadores do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), dos quais se tornou diretor.

113) Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) – Militar, foi presidente do Brasil entre janeiro de 1946 e janeiro de 1951. Formou-se na Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Guerra de Porto Alegre e na Escola de Estado-Maior. Na presidência, aproximou-se dos setores conservadores. Seu governo foi marcado por uma política econômica liberal, com rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e uma severa política de arrocho salarial. Foi durante sua gestão que surgiram o Conselho Nacional de Economia, as Comissões de Planejamento Regional e o Tribunal Federal de Recursos. Em seu governo foi elaborado o Estatuto do Petróleo, a partir do qual tiveram início a construção das primeiras

refinarias e a aquisição dos primeiros navios petroleiros. Deixou a presidência em janeiro de 1951, mas continuou a participar da vida política brasileira. Em 1964, logo após o golpe militar, tentou voltar à presidência, sendo preterido, no entanto, pelo marechal Castello Branco.

114) Ewaldo Correia Lima (1915-1992) – Economista do Grupo de Itatiaia, participou da fundação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955. Fez parte do grupo que assessorou Rômulo de Almeida quando este, indicado por Euvaldo Lodi, assumiu a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) –durante o segundo governo Vargas –, de onde saíram os projetos de criação da Petrobras e da Eletrobrás. Foi diretor executivo do BNDE e, até 1976, exerceu o cargo de gerente de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

115) Export-Import Bank of the United States (EXIMBANK) – É a agência oficial de crédito para exportação de bens e serviços dos Estados Unidos. Foi criada em 1934 e estabelecida como uma agência independente do Executivo em 1945, para financiar e assegurar as compras externas de bens dos EUA aos compradores internacionais que não podiam ou não aceitavam os riscos políticos e comerciais inerentes ao negócio. Sua missão é criar e sustentar empregos norte-americanos.

116) Fábrica Nacional de Motores (FNM) – Criada em 1942, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) implantou suas bases em Xerém, Duque de Caxias. O projeto começou com a produção dos motores de aviões “Wright”, para fins militares, com tecnologia licenciada da empresa americana Curtiss-Wright. Dois fatores contribuíram para a transformação da FNM em sociedade anônima, em 1947: o fim da Segunda Guerra Mundial e a compra, pela Força Aérea Brasileira (FAB), de centenas de aviões americanos, exatamente iguais aos produzidos em Xerém. Por meio do Decreto Lei nº. 8.699, de 1946, acabou o período militar da FNM, que foi obrigada a diversificar a sua produção e licenciou a tecnologia da empresa italiana Isotta Fraschini Spa para fabricação de caminhões da mesma marca. Quatro anos depois, a FNM firmou contrato com a Alfa Romeu e substituiu os modelos ultrapassados pelos caminhões pesados. Na década de 1960, a FNM lançou, em Brasília, o Alfa Romeu “JK”, em homenagem ao presidente da República. A queda na produção, a má administração e, principalmente, o endividamento com o BNDE, levaram à venda da estatal para a Alfa Romeu, em 1968. Em 1976, a Fiat comprou as instalações da Alfa Romeu, iniciando um processo lento de modernização do parque industrial e encerrando as operações da Fábrica Nacional de Motores em 1985.

117) Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – Principal entidade de representação das indústrias de São Paulo, a FIESP é filiada à CNI. Em 1924, durante a revolução do general Isidoro Dias Lopes, o presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Macedo Soares, ficou na cidade bombardeada para proteger os bairros operários, as fábricas e os estabelecimentos comerciais. Na derrota dos insurgentes, foi acusado de ter cooperado com a revolução e mandado para o exílio. Sem presidente, a ACSP ficou enfraquecida. Foi então que um grupo de industriais da Associação Comercial de São Paulo, liderados por Jorge Street, Francisco Matarazzo e Roberto Simonsen, decidiu formar uma nova organização. Em 1928, fundaram o CIESP, uma sociedade civil que congrega empresas. Em 1931, surgiu a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Durante o governo Vargas, o Centro e a Federação permaneceram separados. Após a Segunda Guerra Mundial, voltaram a atuar juntos. Atualmente, é formada por 132 sindicatos patronais, reunindo setores que compõem 42% do PIB nacional.

118) FIBASE – A FIBASE – Insumos Básicos S.A., Financiamento e Participação foi criada em 1974, como subsidiária do BNDE, para conceber e apoiar empreendimentos liderados pelo setor privado e destinados a equacionar e aumentar a capacidade nacional na produção de insumos básicos, como fertilizantes, metais não ferrosos, papel e celulose, e produtos de química orgânica e inorgânica, além de outros. Cabia ainda à FIBASE, depois de concebidos os projetos, transferir ao setor privado, que deveria ter posição majoritária no controle dos empreendimentos, reservando-se a ela o papel de fiscalização e execução dos investimentos incentivados.

119) Fidel Alejandro Castro Ruz (1926-) – Nascido no povoado cubano de Birán, Fidel Castro foi presidente de Cuba desde a Revolução Cubana (1958-1959) até 2008. A revolução tinha um caráter nacionalista e socialista e derrubou o governo pró-americano do general Fulgêncio Batista. Na década de 1960, os Estados Unidos implantaram um bloqueio econômico a Cuba, influenciando também na expulsão do país da OEA (Organização dos Estados Americanos). Após a revolução, Fidel instalou um sistema socialista na ilha e uma economia planificada que contou com o apoio soviético, durante a Guerra Fria. Após a queda do muro de Berlim e o fim dos regimes socialistas na Europa Oriental, Cuba começou a passar dificuldades sem os investimentos soviéticos. Fidel Castro ocupou o cargo de primeiro ministro da República de Cuba de 1959 até 1976, quando passou a ser o presidente do Conselho de Estado (chefe de Estado) e presidente do Conselho de Ministros (chefe de governo) de Cuba. Além de

todos os cargos que acumulou no governo, foi o primeiro secretário do Partido Comunista Cubano desde a fundação em 1965. Após 49 anos no poder, em 19 de fevereiro de 2008 anunciou sua renúncia ao cargo de presidente de Cuba e à chefia do Partido Comunista Cubano. O sucessor de Castro no comando de Cuba é seu irmão mais jovem, Raúl Castro.

120) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a FINEP foi criada em 24 de julho de 1967 para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, nascido em 1965. Posteriormente, a FINEP substituiu e ampliou o papel até então exercido pelo BNDE e seu Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), constituído em 1964 com a finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Em 31 de julho de 1969, o governo instituiu o FNDCT, destinado a financiar a expansão do sistema de C&T, tendo a FINEP como sua Secretaria Executiva a partir de 1971. Na década de 1970, a FINEP promoveu intensa mobilização na comunidade científica ao financiar a implantação de novos grupos de pesquisa, a criação de programas temáticos, a expansão da infraestrutura de C&T e a consolidação institucional da pesquisa e da pós-graduação no País. Estimulou também a articulação entre universidades, centros de pesquisa, empresas de consultoria e contratantes de serviços, produtos e processos.

121) FINSOCIAL – O FINSOCIAL foi criado pelo Decreto-Lei nº. 1.940, de 25 de maio de 1982, com o objetivo de dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter assistencial relacionados com alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor. Sua administração cabia ao BNDE, que passou a denominar-se, a partir de então, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

122) Flávio Lyra – Flavio Henrique Lyra da Silva fazia parte do grupo de engenheiros que se especializou em energia elétrica no Brasil. Participou da equipe que criou a Eletrobrás e foi fundador e primeiro diretor técnico de Furnas Centrais Elétricas S.A. Além de Furnas, trabalhou nas usinas de Itumbiara, Estreito e Tucuruí.

123) Ford S.A. – Empresa norte-americana construtora de automóveis, a Ford foi fundada a 16 de junho de 1903 por Henry Ford e mais 11 sócios. Em 1913, foi a primeira fabricante de automóveis do mundo a recorrer à produção em série, uma inovação que posteriormente foi adotada pelas demais empresas. Fundada em 1919, a Ford do Brasil foi a segunda filial sulamericana da Ford (a primeira foi a da

Argentina) e dedicou-se, inicialmente, à importação de veículos produzidos no exterior. Com o plano de nacionalização da produção conduzido pelo governo Kubitschek, a Ford inaugurou sua primeira linha de montagem brasileira em agosto de 1957, no complexo industrial do Ipiranga, e o primeiro veículo produzido, com cerca de 40% de peças nacionais, foi um caminhão Ford F-600.

124) *Formação Econômica do Brasil* – Livro do economista Celso Furtado, publicado em 1959, é uma das mais importantes obras brasileiras. Sua importância, dentre outros fatos, deve-se à originalidade das teses defendidas por Furtado sobre o desenvolvimento econômico do Brasil. Recorrendo às ferramentas de análise da escola estruturalista, sustenta que o subdesenvolvimento do País se deve a características históricas que tornam o País diferente das economias desenvolvidas. Nas palavras do autor: “Quando escrevi esse livro, na Inglaterra, imaginava explicar o Brasil para os estrangeiros, e acabei explicando para os próprios brasileiros” e “O que fiz em *Formação Econômica do Brasil* foi somar tudo o que já havia estudado sobre o Brasil e fundir o método histórico com o método analítico da economia”. Essa visão derivada da história, de um lado, e da macroeconomia, de outro, era uma novidade na época.

125) Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) – Jornalista, advogado, professor e político brasileiro. Ingressou em 1928 na então Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1932. Ativo militante integralista, participou da edição da revista *Hierachia*, mas afastou-se do movimento por ocasião da preparação do levante para depor o presidente Getúlio Vargas, em 1938. Foi deputado federal, ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, e um dos criadores, juntamente com Afonso Arinos e Araújo Castro, da chamada Política Externa Independente (PEI), inicialmente implantada no governo Jânio Quadros. Em 1951, foi conselheiro da Delegação Brasileira à IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Washington. A partir de 1952, passou a ser membro do Comitê Permanente de Arbitragem de Haia. De 1955 a 1958, presidiu a Comissão Interamericana de Jurisconsultos, sediada no Rio de Janeiro. De 1957 a 1958, como diretor do *Jornal do Comércio*, dedicou editoriais – as chamadas *Várias* – a temas de política externa e, em 1959, coube-lhe colaborar na redação e discussão da Declaração de Santiago do Chile, um dos mais importantes documentos do Sistema Interamericano.

126) Frigidaire – A história da Frigidaire começou quando foi fundada a empresa Guardian Refrigerator Company, em 1916, na cidade de Fort Wayne, estado norte-americano de Indiana. A empresa foi criada para produzir o primeiro

refrigerador elétrico doméstico, inventado por Alfred Mellowes. Em 1919, a General Motors Corporation adquiriu a pequena empresa, que adotou oficialmente a marca Frigidaire para seus produtos. Com a injeção de dinheiro, a empresa se tornou pioneira em grandes inovações como o *freezer* doméstico, ar-condicionado para quartos, sistema de filtragem para refrigeradores domésticos e cores combinadas para equipamentos domésticos. Até 1979 a empresa esteve sob o controle da General Motors; atualmente faz parte da Electrolux.

127) Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Instituição brasileira fundada em 1944. Seu objetivo inicial era preparar pessoal qualificado para a administração pública e privada. Inaugurou, no Brasil, a graduação e a pós-graduação *stricto sensu* em administração pública e privada, bem como a pós-graduação em economia, psicologia, ciências contábeis e educação. Lançou as bases para uma economia bem fundamentada, a partir da elaboração do balanço de pagamento, das contas nacionais e dos índices econômicos. Atualmente é voltada à pesquisa acadêmica e discussão dos problemas relacionados ao desenvolvimento do País, de uma forma geral, e à preservação do patrimônio histórico ligado ao ex-presidente Getúlio Vargas, de forma mais específica.

128) Fundo de Democratização do Capital de Empresas (FUNDECE) – Criado pelo Decreto nº. 54.105, de 1964, com o objetivo de prover recursos de capital de giro às empresas industriais do País. É constituído de empréstimos ou doações de entidades nacionais ou estrangeiras; recursos colocados à sua disposição pelo Banco do Brasil S.A. e outras agências financeiras da União; rendimentos proveniente de suas operações, como reembolso de capital, juros, comissões, dividendos, bonificações, produtos da venda de ações e outros; e colocação de títulos e papéis no mercado, além de quaisquer outros recursos que lhe venham a ser destinados.

129) Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (FUNDAGRO) – Criado em 1956, no estado da Bahia, pela Lei nº. 849. Na época, Rômulo de Almeida era secretário da Fazenda do estado. O Fundo foi concebido como *holding* de promoção e participação. Em situações onde não era possível mobilizar a iniciativa privada, o estado resolveu assumir diretamente o empreendimento, buscando responder a questões importantes nas áreas do abastecimento. Integram o seu sistema a Companhia de Armazéns Gerais e Silos do Estado da Bahia, CASEB; dois matadouros frigoríficos, Mafrisa, em Feira de Santana, e Frimasa, em Aratu; os núcleos coloniais agrícolas Juscelino Kubitschek e Landulfo Alves; a Empresa de Conservação do Solo, Água e Mecanização Agrícola, ECOSAMA; a Companhia de

Alimentação, Sementes e Mercados, CASEMBA; a Companhia de Adubos e Materiais Agrícolas da Bahia, CAMAB; e duas empresas de laticínios, a Alimba e a Agro Lacto Fabril. Foi extinto em 1966, dando lugar ao Banco de Desenvolvimento da Bahia, que herdou seu ativo e passivo, quadros técnicos e uma série de projetos, cuja viabilidade deve ser analisada.

130) Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (FUNDEPRO) – O Fundo de Desenvolvimento da Produtividade foi criado pela Resolução n°. 224/66, de 17 de maio de 1966, do BNDE, com o objetivo de financiar estudos capazes de diagnosticar e sugerir medidas conducentes ao incremento da produtividade das empresas industriais. Além dos recursos próprios do BNDE, o FUNDEPRO poderia ser suprido por outras fontes, internas ou externas. Em 1967, o Fundo foi reformulado, ganhando novas dimensões e novos meios de ação para promover o incremento da produtividade no âmbito de empresas e/ou setores ligados à indústria de transformação, à agropecuária, à indústria extrativa mineral, à comercialização e aos serviços básicos, compreendendo estes últimos os setores de energia elétrica, transportes e telecomunicações. A atuação do Fundo foi paralisada em 1971, já que suas funções foram absorvidas parcialmente pelo Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI).

131) Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC) – O Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico foi criado pela Resolução n°. 146, de 1964, do BNDE, com o objetivo de financiar o ensino e a pesquisa tecnológica. Suas fontes de recursos eram os saldos operacionais resultantes da atividade do Banco e a receita produzida pelo Adicional do Imposto de Renda, enquanto durasse a sua vigência, ou outros de origem fiscal que viessem a sucedê-lo. Em 1972 foram estabelecidas novas diretrizes para a atuação do FUNTEC, cabendo destacar o convênio firmado com a Financiadora de Estudos e Projetos S.A. (FINEP) visando à aplicação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em empreendimentos aprovados pelo Banco. Em 1974, foi aprovado um novo regulamento do FUNTEC, sendo estabelecida uma linha de incentivos às empresas nacionais para iniciativas diretamente relacionadas com a criação, adaptação ou assimilação de tecnologia. Previa, também, a fixação de condições favoráveis para a cooperação entre as universidades, institutos de pesquisa e empresas, visando à efetiva geração e transferência interna de tecnologia.

132) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – O FGTS foi instituído pela Lei n°. 5.107, de 13 de setembro de 1966, regulamentada pelo

Decreto nº. 59.820, de 20 de dezembro do mesmo ano. Formado por depósitos mensais, efetuados pelas empresas em nome de seus empregados, o FGTS forma um *funding* administrado pela Caixa Econômica Federal. O percentual de desconto em folha salarial é de 8% e, em se tratando de contrato temporário de trabalho com prazo determinado, o percentual é de 2%, conforme dispõe o inciso II do art. 2º da Lei nº. 9.601, de 21 de janeiro de 1998. Atualmente, a Lei que dispõe sobre o FGTS é a nº. 8.036, de 11 de maio de 1990, republicada em 14 de maio do mesmo ano. O Fundo constitui-se em um pecúlio disponibilizado quando da aposentadoria ou morte do trabalhador, e representa uma garantia para a indenização do tempo de serviço, nos casos de demissão imotivada. A diferença básica em relação ao modelo anterior é que esses depósitos integram um Fundo unificado de reservas, com contas individualizadas em nome dos trabalhadores.

133) Fundo Especial para o Financiamento do Capital de Giro (FUNGIRO) – O Fundo Especial para o Financiamento do Capital de Giro foi criado no final de 1968 para atender às necessidades de capital de giro das empresas industriais. Com critérios de enquadramento específicos, entrou em funcionamento experimental em 1969 e, em 1970, sofreu modificações na sua mecânica operacional. Posteriormente, em 1972, teve sua regulamentação alterada por decreto da diretoria, reiniciando as atividades com observância de novas diretrizes. Estas atribuíam ao Fundo caráter especial e supletivo apenas em relação a projetos de empresas de capital privado que haviam recebido apoio financeiro do Banco sob outras modalidades operacionais. O objetivo era o reforço do capital de giro de grandes empresas do parque industrial do País, com a finalidade de reorganizar sua escala de produção. Em 1974, transformou-se em Programa Especial para o Financiamento de Capital de Giro (PROGIRO).

134) Fundo Federal de Eletrificação – O projeto de criação do Fundo Federal de Eletrificação foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº. 219, de 25 de maio de 1953; seus recursos eram provenientes da arrecadação do Imposto Único sobre Energia Elétrica. De acordo com o art. 7º. da Lei nº. 2.944, de 08 de novembro de 1956 – que dispôs sobre a distribuição e a aplicação do Imposto Único sobre Energia Elétrica – autorizado pelo Presidente da República, o BNDE poderia receber pelo Fundo Federal de Eletrificação, ações e obrigações de sociedade de economia mista, controlada pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, transferindo-as, posteriormente, à empresa que fosse criada pelo governo federal para execução dos empreendimentos públicos de interesse nacional no campo da energia elétrica.

A mencionada transferência tornou-se possível com a criação da Eletrobrás pela Lei nº. 3.890-A, de 25 de abril de 1961, constituída em 11 de junho de 1962.

135) Fundo Monetário Internacional (FMI) – Criado em 1945, o Fundo Monetário Internacional tem como objetivo básico zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional, por meio da promoção da cooperação e da consulta em assuntos monetários entre os seus 184 países membros. Com exceção de Coreia do Norte, Cuba, Liechtenstein, Andorra, Mônaco, Tuvalu e Nauru, todos os membros da ONU fazem parte do FMI. Juntamente com o BIRD, o FMI emergiu das Conferências de Bretton Woods como um dos pilares da ordem econômica internacional do pós-Guerra. O FMI objetiva evitar que desequilíbrios nos balanços de pagamentos e nos sistemas cambiais dos países membros possam prejudicar a expansão do comércio e dos fluxos de capitais internacionais. O Fundo favorece a progressiva eliminação das restrições cambiais nos países membros e concede recursos temporariamente para evitar ou remediar desequilíbrios no balanço de pagamentos. Além disso, planeja e monitora programas de ajustes estruturais e oferece assistência técnica e treinamento para as nações membros. Recentemente, em 2009, dada a crise capitalista internacional, recebeu novo aporte de capitais dos seus membros.

136) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi criado pelo Decreto-Lei nº. 719, de 31 de julho de 1969, e foi a expressão instrumental, no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico, do Plano Estratégico de Desenvolvimento de 1968. Sua criação estimulava o desenvolvimento científico e tecnológico e estava prevista a elaboração de um Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – que, lançado em julho de 1972, vigiu entre 1973 e 1974, como o I PBDCT – e a criação de uma secretaria-executiva e de um conselho que orientasse a aplicação de seus recursos. Este jamais foi organizado e a secretaria-executiva foi estabelecida em 1971, ficando sob responsabilidade da FINEP, por meio do Decreto nº. 68.748, de 15 de junho de 1971. A constituição do Fundo foi pensada de modo bastante flexível, podendo dispor de recursos orçamentários, oriundos de empréstimos de instituições financeiras e outras entidades, provenientes de incentivos fiscais, contribuições e doações de entidades públicas e privadas e de outras fontes.

137) Furnas – Centrais Elétricas S.A. – Com o objetivo de construir e operar no Rio Grande a primeira usina hidrelétrica de grande porte do Brasil foi criada, em 1957 – pelo Decreto Federal nº. 41.066 –, a empresa Central Elétrica

de Furnas. Nasceu com o desafio de sanar a crise energética que ameaçava, em meados da década de 1950, o abastecimento dos três principais centros socioeconômicos brasileiros – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Começou a funcionar efetivamente em 1963, em Passos (MG). Em 1971, a sede foi transferida para o Rio de Janeiro e a empresa ganhou um novo nome: Furnas – Centrais Elétricas S.A., que melhor expressa a proposta de construção de um conjunto de usinas. Está presente, hoje, no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Paraná e Rondônia. A empresa conta com um complexo de 11 usinas hidrelétricas e duas termelétricas, totalizando uma potência de 9.910 MW, o que representa aproximadamente 10% da geração do País. Conta, ainda, com 19.277,5 km de linhas de transmissão e 46 subestações, garantindo o fornecimento de energia elétrica em uma região onde estão situados 51% dos domicílios brasileiros e que responde por 65% do PIB nacional.

138) Garrard – Esta tradicional marca inglesa foi adquirida pela Gradiente em 1979. O objetivo era exportar os aparelhos Gradiente sob a marca Garrard, que era internacionalmente reconhecida. As exportações foram iniciadas para os EUA e a Europa, mas o negócio não foi bem sucedido. Em 1997, a marca Garrard foi licenciada (ou vendida) para a Loricraft Audio, um grupo inglês que fabrica toca-discos de vinil em pequena escala.

139) General Motors S.A. – A General Motors Company, empresa norte-americana, é a maior fabricante mundial de veículos e veio para o Brasil em 1925 com a razão social de General Motors do Brasil, hoje a maior subsidiária da América do Sul. Inicialmente, em galpões alugados no histórico bairro do Ipiranga, em São Paulo, suas atividades no Brasil se limitavam à montagem de veículos importados dos Estados Unidos. Após cinco anos, a GMB inaugurou oficialmente sua primeira fábrica, em São Caetano do Sul (SP) e em 1958 já operava uma segunda unidade, em São José dos Campos, inaugurada oficialmente um ano depois pelo presidente Juscelino Kubitschek. Decidida a ampliar sua linha de produtos, em 1968 a GM lançou o Opala, o primeiro automóvel da marca Chevrolet do País.

140) Genival de Almeida Santos (1920-2002) – Paraibano, bacharel em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro e doutor pela Universidade de Paris. Lutou contra o regime do Estado Novo, em 1945, e participou do Resistência Democrática, movimento que defendia a convocação de uma assembleia nacional constituinte, a iniciativa privada e o liberalismo

econômico com participação supletiva do Estado nas atividades produtivas. No governo Dutra, foi membro da Comissão Abbink e durante o governo Goulart exerceu os cargos de chefe do Departamento Econômico, diretor-superintendente e presidente do BNDE (junho de 1963). Substituído por José Garrido Torres um ano depois, continuou atuando no Banco até 1965. Durante o regime militar ocupou o cargo da Carteira de Câmbio do BB e atuou em bancos privados (vice-presidência do Banco Aliança). Foi, ainda, membro do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, diretor da Divisão de Comércio Exterior do CNE e assessor econômico da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército.

141) Geraldo Langoni (1944-) – Doutor em economia pela Universidade de Chicago, Carlos Geraldo Langoni foi presidente do Banco Central do Brasil e diretor e professor da Escola de Pós-Graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). Atualmente é diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, presidente da Projeta Consultoria Econômica, membro do Conselho de Administração da Souza Cruz e do Conselho Consultivo da *Guardian Industries*, e consultor sênior da Companhia Vale do Rio Doce.

142) Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) – Nascido no Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas foi um político brasileiro. Chefe civil da Revolução de 1930 – que pôs fim à República Velha –, foi presidente do Brasil duas vezes: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Entre as instituições criadas durante seu primeiro mandato como presidente estão o Ministério da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira, o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Alcalis, a Companhia Vale do Rio Doce, o Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco e o Conselho Federal do Comércio Exterior. Nesse período foram promulgados o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), todos, até hoje, em vigor. No seu segundo mandato, foram criados o BNDES, o Banco do Nordeste, a Petrobras e a CACEX (Carteira de Comércio Exterior) do Banco do Brasil. Foi o mais controvertido político brasileiro do século XX e sua influência se estende até hoje.

143) Glycon de Paiva Teixeira (1903-1993) – Nascido em Uberaba, Glycon de Paiva era economista, engenheiro de minas e geólogo. Funcionário do Departamento Nacional de Produção Mineral, especialista em política mineral, foi membro da Comissão Mista Brasil-EUA, diretor da Companhia Vale do Rio Doce e diretor e presidente do BNDE (1955-1956).

144) Gradiente – A empresa brasileira Gradiente, do setor eletroeletrônico, foi fundada em 1964, no bairro de Pinheiros, em São Paulo. Cresceu fortemente, durante a década de 1970, devido principalmente a três fatores: a proibição da importação de equipamentos eletrônicos, o crescimento econômico brasileiro e a implantação do polo manufatureiro da Zona Franca de Manaus. Durante a década de 1970, e parte dos anos 1980, o foco da empresa foi atender o mercado de produtos de áudio sofisticados. Em 1972, inaugurou a primeira fábrica de Manaus. Seis anos mais tarde, lançou o telefone padrão brasileiro. Em 1979 adquiriu a empresa Polyvox e, em 1983, a inglesa Garrard. Em 1990, adquiriu a Telefunken e, em 2005, a Philco.

145) Grande Carajás – O Projeto Grande Carajás, de exploração mineral – cujo nome oficial é Programa Grande Carajás (PGC) –, foi implantado entre 1979 e 1986 em uma área do território brasileiro muito rica em recursos minerais. Foi criado pela Cia. Vale do Rio Doce, ex-estatal, na gestão de Eliezer Batista, durante o governo Figueiredo, e abrange uma área de cerca de 900 mil km², cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, abarcando terras do estado do Pará, norte do estado do Tocantins e oeste do Maranhão.

146) Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) – Criado pelo Decreto n.º. 40.554, de 1956, substituiu a Comissão de Investimentos do Nordeste, nascida dois anos antes. Tinha como principal objetivo apresentar ao governo um plano global da Região. Para isso deveria analisar a estrutura e o funcionamento de sua economia, definir as dificuldades que se opunham à ativação de seu crescimento econômico e sugerir ao poder executivo as providências destinadas a fomentar o desenvolvimento da área, dentro de um programa constante de projetos interdependentes, com a fixação de metas e previsão de prazos.

147) Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) – O Grupo Executivo da Indústria Automobilística foi criado em junho de 1956 com o objetivo de conduzir a implantação da montagem de veículos automotores no Brasil, um dos marcos do governo Kubitschek. De acordo com o GEIA, as empresas que mudassem alguns padrões de produção – como, por exemplo, o índice de participação de produtos nacionais no peso dos veículos fabricados – teriam uma série de vantagens, tais como a reserva de câmbio a taxa estável e subsidiada para importação de partes complementares, liquidação da taxa de câmbio favorecida dos financiamentos obtidos no exterior, isenção de direitos de importação sobre equipamentos e partes complementares, e financiamentos a longo prazo para

inversões, concedidos pelo BNDE. O índice de participação de peças nacionais em veículos alcançou, segundo Carlos Lessa, cerca de 90% em 1962.

148) Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (GEICON) – Criado pelo Decreto nº 43.899, de 1958, com o objetivo de estudar, propor e estabelecer as normas e critérios gerais para execução das metas da Construção Naval e estudar, coordenar, aprovar e propor as medidas necessárias à realização dos projetos de estaleiros, previstos nas metas estabelecidas pelo governo. Faziam parte do GEICON o ministro da Viação e Obras Públicas, que era seu presidente; o presidente da Comissão de Marinha Mercante; o diretor de Portos e Costas do Ministério da Marinha; o diretor geral do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais; o diretor superintendente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; o diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A.; o diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. e o diretor executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito.

149) Grupo Executivo da Indústria Mecânica (GEIMEC) – Em 1967, o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) foi substituído pelo Grupo Executivo da Indústria Mecânica (GEIMEC), que, em 1969, seria absorvido pelo Grupo Executivo da Indústria Automotora (GEIMOT).

150) Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (GEIMAPE) – Criado pelo Decreto nº. 50.522, de 1961, durante o governo Jânio Quadros, o Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada estava diretamente subordinado à presidência da República. Tinha como finalidade e atribuições elaborar e submeter à aprovação do presidente os planos, esquemas e programas para as diversas linhas de fabricação ligadas à indústria mecânica pesada, atuando no exame, negociação e aprovação dos pertinentes projetos específicos, recomendando, quando fosse o caso, às agências governamentais, as medidas necessárias à realização dos empreendimentos.

151) Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica (GEIMET) – Criado em 1961 pelo Decreto nº. 50.521 com o objetivo de elaborar os Planos Nacionais da indústria metalúrgica, bem como promover e coordenar as medidas necessárias à sua execução. Esses planos seriam regidos por decretos específicos para cada setor da indústria metalúrgica, os quais fixariam normas e estímulos necessários à ampliação ou consolidação de indústrias existentes e implantação de novas indústrias. As despesas de funcionamento do GEIMET eram por conta dos recursos do Conselho do Desenvolvimento, da Presidência da República.

152) Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM) – Criado pelo Decreto nº. 53.975, de 1964, o Grupo Executivo da Indústria Química – GEIQUIM era subordinado ao Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), subordinado, por sua vez, ao Ministério da Indústria e Comércio. Tinha como objetivo a promoção da indústria química nacional. Estabeleceu o planejamento da indústria na década de 1960, com a localização dos polos e adoção do modelo tripartite (grupo nacional privado, estrangeiro e Estado). Trazia representantes dos ministérios da Fazenda, do Exército, do Planejamento, das Minas e Energia, da Agricultura, da Educação e Saúde, do Banco do Brasil, do Banco Central, do Conselho de Política Aduaneira, além do CNI e da ABIQUIM.

153) Grupo Executivo do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresas (FIPEME) – O Grupo Executivo do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresas – FIPEME foi criado em 5 de março de 1965, em decorrência do Acordo de Empréstimo 96-CC/BR firmado entre o BNDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 23 de dezembro de 1964. Foi concebido como um fundo rotativo para prestar assistência financeira a investimentos fixos vinculados à instalação e/ou expansão de empreendimentos de pequeno e médio portes, contemplando a aquisição de equipamentos de fabricação nacional ou estrangeira, obras de construção civil, bem como despesas de instalação de equipamentos e serviços técnicos. Foi extinto em 1974, com o surgimento do Programa de Operações Conjuntas (POC), que absorveu suas funções.

154) Grupo Misto CEPAL-BNDE– Grupo criado graças ao acordo feito entre a CEPAL e o BNDE para um intercâmbio técnico com o objetivo de estudar a economia brasileira. Em 1953, Celso Furtado presidiu o grupo, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. O estudo resultante dos trabalhos do grupo, intitulado *Esboço de um Programa de Desenvolvimento para o Brasil*, foi editado em 1955 e serviu de base para o Plano de Metas do governo Kubitschek.

155) Grupo Monteiro Aranha – Grupo brasileiro especializado em investimentos, foi fundado no início do século XX no estado do Rio de Janeiro. Entre os anos 1940 e 1970 trouxe a indústria automobilística para o País, investiu no setor petroquímico e nas telecomunicações. Atualmente, o Grupo Ultra, Klabin e Cisper são acionistas das empresas. O Grupo é de propriedade da família Monteiro de Carvalho.

156) Grupo Villares – Fundada em 1918, a Villares cuidava da manutenção de elevadores. Expandiu suas atividades para as áreas de siderurgia, automação

industrial e fabricação de bens de capital. Dentre as empresas de maior destaque do grupo estavam a Indústrias Villares, a Aços Villares S.A. e a Elevadores Atlas S.A. Formado por até 13 empresas, o grupo, no final da década de 1990, contava com apenas três delas.

157) Gunnar Myrdal (1898-1987) – Nascido na Suécia, Gunnar Myrdal graduou-se na Escola de Direito da Universidade de Estocolmo em 1923 e terminou seu doutorado em economia em 1927, na mesma universidade, onde tornou-se professor de política econômica. Lecionou também no Instituto de Pós-Graduação em Relações Internacionais, na Suíça. Além de suas atividades acadêmicas, atuava na política sueca. Foi eleito para o Senado em 1934 e em 1942, e assumiu o cargo de ministro do Comércio entre 1945 e 1947.

158) H. Horikoshi – Embaixador do Japão no Brasil à época em que foi assinado o protocolo de intenções entre o governo de Minas Gerais e o Japão para a construção e aporte de capitais da USIMINAS. Assinado em 1957, o acordo denominou-se Lanari-Horikoshi em homenagem a seus artífices: Amaro Lanari Junior e embaixador do Japão no Brasil.

159) Hélio Marcos Penna Beltrão (1916-1997) – Advogado, economista e administrador público, ex-ministro de dois governos do período militar e pioneiro na defesa da simplificação administrativa e dos direitos do cidadão diante do Estado. Foi presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, o IAPI, secretário do Interior e Planejamento (1960-1965) no governo de Carlos Lacerda – no então estado da Guanabara –, encarregado da reforma administrativa no governo Castello Branco (1964-1967) e ministro do Planejamento (1967-1969) do general Costa e Silva. Destacou-se como um dos signatários do Ato Institucional nº 5 (1968), que permitiu a suspensão dos já restritos direitos políticos que vigoravam na época. No governo de João Figueiredo (1979-1985), foi ministro da Desburocratização (1979-1983) e da Previdência (1982-1983). Presidiu a Petrobras (1985-1986) durante o governo José Sarney.

160) Hélio Schlitter Silva (-2006) – Doutor em ciências pela Faculdade de Filosofia da USP, é considerado pioneiro no ensino de ciência econômica no Brasil. Foi professor titular da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, além de ter lecionado em outras instituições, como a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Rio Branco. Entre seus ex-alunos estão o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o economista Delfim Netto.

161) Henry Kissinger (1923-) – Henry Alfred Kissinger, nascido na Alemanha, é um diplomata americano que teve um papel importante na política

externa dos Estados Unidos entre 1968 e 1976. Em 1938, devido às perseguições antissemitas na Alemanha nazista, emigrou com seus pais para os EUA, obtendo a cidadania estadunidense em 1943. Depois de servir na Segunda Guerra Mundial, fez o seu doutoramento por Harvard em 1954, tornando-se imediatamente instrutor na mesma universidade e, posteriormente, professor titular. Foi conselheiro de política externa de todos os presidentes americanos, de Eisenhower a Gerald Ford, sendo secretário de Estado, conselheiro político e confidente de Richard Nixon. Em 1973 ganhou, com Le Duc Tho, o Prêmio Nobel da Paz, pelo seu papel na obtenção do acordo de cessar-fogo na Guerra do Vietnã.

162) Horácio Lafer (1900-1965) – Empresário paulista do grupo Klabin-Lafer, foi eleito deputado federal pelo Partido Constitucionalista para a legislatura iniciada em maio de 1935 e integrou as comissões de Diplomacia e de Finanças. Entre 1943 e 1950 participou do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Quando foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte já fazia parte do Partido Social Democrático (PSD). No dia da posse de Getúlio Vargas, em 1951, coincidindo com o término de seu mandato, foi nomeado ministro da Fazenda, empenhando-se no combate à inflação e em melhorias visando levar adiante o processo de industrialização. Durante o segundo governo Vargas, a ação do ministro da Fazenda era concomitante à da Assessoria Econômica da Presidência da República.

163) Humberto Barreto – Economista, Humberto Barreto foi dirigente da Petrobras, da Caixa Econômica, da Norquisa Petroquímica e da Transbrasil. Amigo do general Ernesto Geisel desde os 17 anos, trabalhou com ele a partir de 1969, tendo sido secretário de Imprensa da Presidência da República.

164) Humberto de Alencar Castello Branco (1987-1967) – Militar e político brasileiro, foi o primeiro presidente do regime militar. Nomeado chefe do Estado-Maior do Exército pelo então presidente da República João Goulart em 1963, Castello Branco foi um dos líderes militares do Golpe de Estado de 1964 que depôs Goulart. Durante seu mandato, aboliu todos os partidos políticos por meio do Ato Institucional nº. 2. Foram criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se tornaram os únicos partidos políticos brasileiros até 1979. Ele promoveu reformas econômicas e tributárias.

165) IBRASA – A IBRASA – Investimentos Brasileiros S.A. foi criada em 1974, como subsidiária do BNDE, com o propósito de carrear recursos para a capitalização da empresa privada nacional, especialmente indústrias que se destacassem pela sua importância setorial ou regional, estimulando,

concomitantemente, a democratização do capital e o fortalecimento do mercado de capitais.

166) Imposto Único sobre Combustíveis – No passado, a tributação sobre combustíveis restringia-se exclusivamente ao Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes Líquidos e Gasosos (IUCLG). Parcela expressiva da arrecadação do IUCLG era destinada ao chamado Fundo Rodoviário Nacional, cujos recursos eram distribuídos entre a União, os estados e os municípios, possibilitando a implantação de um grande programa de rede de estradas federais. Em 29 de novembro de 1956, Juscelino Kubitschek sancionou a lei que abolia o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos e instituiu impostos diferenciados para esses produtos, visando proporcionar ao governo recursos para a manutenção e ampliação do sistema rodoviário.

167) Indústrias Romi S.A. – A Romi tem suas origens em uma pequena oficina de conserto de automóveis, instalada em 1930 por Américo Emílio Romi no município de Santa Bárbara d'Oeste (SP). Seus produtos e serviços são utilizados pelos mais variados setores da indústria, dentre outros, fabricantes e fornecedoras da cadeia automobilística, bens de consumo em geral, máquinas e implementos agrícolas, e máquinas e equipamentos industriais. Entre seus marcos históricos destacam-se: início da fabricação de máquinas agrícolas (1934); alteração de razão social para Máquinas Agrícolas Romi Ltda. (1938); fabricação do primeiro automóvel brasileiro, o “Romi-Isetta” (1956); alteração da razão social para Indústrias Romi S.A. (1962); transformação em Sociedade Anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (1972); criação da Romi Machine Tools, Ltd., nos EUA, subsidiária integral de Indústrias Romi S.A., para suporte à rede de distribuição dos produtos Romi no mercado norte-americano (1985); e criação da Romi Europa GmbH, com sede na Alemanha, subsidiária integral de Indústrias Romi S.A., para suporte à rede de distribuição dos produtos Romi no mercado europeu (2001).

168) Instituto de Pesquisa (INPES) – No fim da década de 1960, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) dividiu-se em dois: IPLAN (Instituto de Planejamento), em Brasília, e INPES (Instituto de Pesquisa), no Rio de Janeiro. O objetivo do INPES era fazer *policy analysis*. Com a reforma de 1990, no início do governo Collor, fundiram-se os dois institutos, ficando subentendido que o IPEA de Brasília estaria mais voltado para o planejamento.

169) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – O IPEA foi criado em 1964, com o nome de Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada

(EPEA), vinculado ao Conselho Consultivo do Planejamento, órgão de assessoramento superior do governo federal. Em 1967 foi vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e por meio do Decreto-lei nº. 200 tornou-se IPEA. Atualmente está vinculado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil e tem por finalidade realizar pesquisas e estudos sociais e econômicos e dar apoio técnico e institucional ao governo na avaliação, formulação e acompanhamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

170) Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) – Instituição de educação e ensino superior ligada ao Comando da Aeronáutica, está localizado no Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos. O ITA oferece cursos de graduação e de pós-graduação em áreas ligadas à engenharia – principalmente no setor aeroespacial –, sendo considerado um centro de referência nessa área do conhecimento. Desde o início de seus trabalhos, paralelamente às atividades de construção e aquisição de equipamento, a Comissão de Organização do CTA (COCTA) selecionou professores e técnicos para o ITA que inicialmente trabalharam na Escola Técnica do Exército. Transferidos os cursos de preparação e formação de engenheiros de aeronáutica daquela Escola para o ITA, o ministro da Aeronáutica baixou instruções, regulando a admissão ao Instituto e a organização deste.

171) Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – Centro de estudos criado por grupo de intelectuais em 1955, pelo Decreto nº. 37.608, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e ao incentivo e à promoção do desenvolvimento nacional. Entre seus membros ilustres estavam Hélio Jaguaribe, Miguel Reale, Cândido Mendes e Sérgio Buarque de Hollanda. Foi extinto pelo golpe militar de 1964 e muitos de seus integrantes foram exilados.

172) Instrução 113 – A Instrução nº. 113 da SUMOC, de 17 de janeiro de 1955, permitia a importação de equipamentos sem cobertura cambial. Foi criada em um contexto de forte crise cambial e de desequilíbrio externo, no governo Café Filho, quando Eugenio Gudin era ministro da Fazenda. Teve importância decisiva para o governo de Juscelino e seu Plano de Metas. Foi instituída para estimular a entrada de capitais estrangeiros, atendendo às necessidades do parque industrial brasileiro e, assim, obter divisas sem agravar o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Favorecia os investidores estrangeiros que, em troca de seus

investimentos, adquiriam participação societária nas empresas nacionais nas quais investiam.

173) Isaac Kerstenetzky (1926-1991) – Nascido no Rio de Janeiro, Isaac Kerstenetzky formou-se pela Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez mestrado na Universidade de McGill, no Canadá. Voltando ao Brasil, trabalhou no Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas e lecionou na Escola de Pós-Graduação da mesma instituição. Foi presidente do IBGE na década de 1970.

174) Ishikawajima – Empresa japonesa do setor de construção naval, a Ishikawajima construía três navios hidrográficos para a Marinha Brasileira em 1958, quando Lucas Lopes – então presidente do BNDE e posteriormente ministro da Fazenda do governo Juscelino Kubitschek – foi ao Japão. A visita estreitou os laços do presidente da empresa com o governo brasileiro e acabou, em pouco tempo, trazendo a Ishikawajima para o Brasil. Em 1959, foi estabelecida a ISHIBRAS – Ishikawajima do Brasil Ltda. A empresa foi a principal investidora estrangeira em seu setor durante o governo JK.

175) Israel Klabin (1926-) – Engenheiro e político brasileiro. Pós-graduado pelo Instituto de Ciências Políticas, na França, formou-se na antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é presidente do conselho curador da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Importante figura do grupo empresarial Klabin (ligado ao setor de papel e celulose), foi indicado, em 1979, para assumir a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro pelo então governador Chagas Freitas. Deixou a chefia municipal em 1980 por conta dos atritos com o governo federal, devido a sua proposta de reexaminar a lei da fusão entre o extinto estado da Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro. Foi substituído por Júlio Coutinho.

176) Israel Pinheiro (1896-1973) – Formado em 1919 em engenharia civil e de minas, dedicou-se às atividades políticas e empresariais, ligando-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Foi secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, presidente da Companhia Vale do Rio Doce e deputado federal. Apoiava a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência. Em maio de 1960 foi empossado no cargo de prefeito de Brasília, onde permaneceu até janeiro de 1961, quando o novo presidente, Jânio Quadros, o substituiu. Retornou à atividade privada, ocupando a presidência da Cerâmica João Pinheiro. Em 1965 surgiu como candidato do PSD à sucessão do governador mineiro José de Magalhães Pinto, da UDN. Em outubro de 1965 venceu as eleições. Em janeiro de 1971,

passou o governo ao ex-udenista Rondon Pacheco e retirou-se da vida pública, retomando seus negócios à frente da Cerâmica João Pinheiro.

177) Jânio da Silva Quadros (1917-1992) – Advogado e político brasileiro, nasceu em Campo Grande (MS). Foi vereador (1948-1950) pelo Partido Democrata Cristão (PDC), deputado estadual pela mesma legenda (1951-1953), prefeito de São Paulo (1953-1954) pelo PDC e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e governador desse estado (1955-1959). Foi eleito presidente da República com apoio da União Democrática Nacional (UDN), tendo como vice o candidato da oposição João Goulart. Primeiro chefe de Estado a tomar posse em Brasília, em 31 de janeiro de 1961, renunciou ao cargo sete meses depois, abrindo uma grave crise política no País. Candidatou-se ao governo do estado de São Paulo em 1962, mas foi derrotado. Por ocasião do golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Retornou à vida pública após a anistia e em 1982 candidatou-se, sem sucesso, ao governo de São Paulo. Em 1985 elegeu-se prefeito de São Paulo pelo PTB.

178) Jayme Magrassi de Sá (1921 -) – Economista, cursou a Escola Superior de Guerra em 1955. Foi presidente do BNDE durante o governo de Costa e Silva, de 1967 a 1970. Autor do livro *Aspectos da Economia Brasileira*, pela editora Alba.

179) Jessé Montello – Atuário, estatístico, economista, engenheiro civil e licenciado em matemática, Montello foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e um dos fundadores de sua Escola Brasileira de Estatística.

180) Jesus Soares Pereira (1910-1974) – Cientista político cearense, Jesus Soares Pereira trabalhou no início de sua carreira no Ministério da Agricultura, no Departamento Nacional de Produção Mineral, na Secretaria de Agricultura e no Conselho Federal de Comércio Exterior. Foi um dos técnicos convocados a participar da Assembleia Nacional Constituinte em 1946. Economista autodidata, em 1947 foi convidado para trabalhar na FGV e nesse mesmo ano foi nomeado diretor do Instituto Nacional do Pinho. Em 1951, passou para a Assessoria Econômica de Getúlio Vargas, dedicando-se aos projetos energéticos. Assumiu a chefia da Assessoria em 1953, em substituição a Rômulo Almeida, que foi para a presidência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Assim permaneceu até o suicídio de Vargas. Retornou para o Ministério da Agricultura e em seguida passou a representar o BNB no Rio de Janeiro. Em 1956 foi designado para coordenar a assessoria técnica do Ministério de Viação e Obras Públicas;

pouco depois foi nomeado representante desse Ministério no Conselho Nacional de Petróleo (CNP), onde permaneceu até 1959. Em 1962 passou a integrar os quadros da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN). Com o golpe de 1964 foi afastado do cargo, perdeu direitos políticos e exilou-se no Chile. Retornou ao Brasil em 1969 e dedicou-se a algumas publicações.

181) Jimmy Carter (1924-) – James Earl “Jimmy” Carter, Jr., conhecido como Jimmy Carter, nasceu no estado da Geórgia, Estados Unidos. Formou-se pela Academia Naval de Annapolis (Maryland) em 1946. Foi governador de seu estado natal entre 1971 e 1974 e presidente dos Estados Unidos entre 1977 e 1981. Foi o mediador do primeiro acordo de paz entre Egito e Israel. Ao contrário dos seus antecessores republicanos, influenciou o processo de abertura democrática de países da América Latina, quase todos então governados por ditaduras militares. Em 1977, encontrou-se com o então presidente brasileiro Ernesto Geisel e influenciou a ala de militares brasileiros ligados a Geisel para o processo de abertura, que seria continuado por João Figueiredo.

182) João Baptista de Figueiredo (1918-1999) – General-de-exército e político brasileiro, foi o último presidente do regime militar. Durante o seu governo, de 1979 a 1985, promoveu a lenta transição do poder político para os civis. Iniciou sua carreira Militar em 1928, obtendo o primeiro lugar no concurso para o Colégio Militar de Porto Alegre. No período do Golpe Militar de 1964, foi encarregado de chefiar a agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro. Escolhido por seu partido, a ARENA, como candidato à presidência da República pela via indireta, obteve a vitória no Colégio Eleitoral do Congresso Nacional em 1978 contra o general Euler Bentes Monteiro, do MDB. No seu governo, concedeu anistia ampla geral e irrestrita aos políticos cassados com base em atos institucionais, e voltaram ao Brasil os exilados do regime militar. Depois de seu governo, afastou-se definitivamente da vida política.

183) João Batista Pinheiro (1914 -) – Economista formado pela Universidade da Califórnia e diplomata, foi embaixador brasileiro durante o governo de Ernesto Geisel. Participou do Conselho de Desenvolvimento e foi também diretor do BNDES.

184) João Belchior Marques Goulart (1919-1976) – Político brasileiro, formado em direito, foi vice-presidente da República entre 1956 e 1961, nos governos Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, e presidente da República entre 1961 e 1964. Em seu governo, deu início às chamadas reformas de base (agrária, fiscal, política e universitária), visando à modernização das estruturas políticas,

econômicas e sociais e à solução dos problemas da inflação e do pauperismo. O confronto ideológico entre esquerda e direita, as greves sucessivas, a corrupção administrativa, a desconfiança na boa-fé do chefe do governo e o estímulo à indisciplina nos baixos escalões das forças armadas levaram amplos setores militares e das classes conservadoras, bem como a maioria do Congresso, a tomar posição contra o presidente. Goulart foi deposto por um golpe militar em 31 de março de 1964, asilando-se no Uruguai. Seus direitos políticos foram suspensos por dez anos.

185) João Fernandes Campos Café Filho (1899-1970) – João Fernandes Campos Café Filho assumiu a Presidência da República entre 1954 e 1955, e seu governo foi marcado por medidas econômicas liberais, tendo Eugênio Gudin à frente da pasta da Fazenda. Nascido no Rio Grande do Norte, jornalista e advogado, participou da Aliança Liberal na campanha de 1930. Em 1933 fundou o Partido Social Nacionalista (PSN) do Rio Grande do Norte, e, mais tarde, o Partido Social Progressista de Adhemar Pereira de Barros. Deputado federal em 1934 e 1945, em 1950 foi indicado para vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas. Com o suicídio de Vargas, em 1954, assumiu a Presidência, exercendo o cargo até novembro de 1955. Nesta ocasião, ante os indícios cada vez mais evidentes de que não defenderia a posse do candidato eleito à Presidência, Juscelino Kubitschek, foi afastado por um movimento político-militar liderado pelo general Teixeira Lott, culminado no Movimento de 11 de Novembro. Foi ministro do Tribunal de Contas da Guanabara durante toda a década de 1960.

186) João Neves da Fontoura (1887–1963) – Gaúcho, advogado, político, diplomata e jornalista. Foi duas vezes ministro das Relações Exteriores de Getúlio Vargas. Na segunda metade dos anos 50, já afastado de qualquer cargo público, limitou sua atuação política aos artigos escritos para o jornal *O Globo*, marcados por conteúdo fortemente conservador.

187) João Paulo dos Reis Velloso (1931-) – Economista, mestre pela Universidade de Yale em 1964. Criou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ajudou a fazer a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), trabalhou para transformar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em fundação e foi coordenador do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Ministro do Planejamento durante os governos de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e de Ernesto Geisel (1974-1979).

188) John Cotrim (1915-) – John Cotrim foi engenheiro da AMFORP e colaborou no trabalho da comissão do Plano Nacional de Eletrificação do

Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1947. No ano seguinte integrou a equipe, chefiada por Lucas Lopes, responsável pela elaboração do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, tornando-se, ainda em 1948, consultor da Comissão do Vale do São Francisco. Em 1952, juntamente com Lopes, Mauro Thibau e Mário Behring, participou da criação da CEMIG e, em 1957, foi um dos fundadores e o primeiro presidente de Furnas, empresa constituída para realizar um dos principais empreendimentos previstos na meta de energia do Programa de Metas.

189) Jorge Street (1863-1939) – Empresário e industrial brasileiro. Formou-se em 1886 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A partir de 1896, passou a dedicar-se à indústria têxtil, adquirindo fábricas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1894 participou da primeira diretoria do Centro Industrial do Brasil (CIB), entidade que presidiria entre 1912 e 1926. Foi um pioneiro na adoção de medidas de assistência social em suas fábricas. Em 1928, participou da fundação do Centro Industrial do Estado de São Paulo (CIESP). No ano seguinte, enfrentando dificuldades financeiras, encerrou suas atividades industriais. Participou da montagem do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, colaborando na elaboração de diversas leis trabalhistas, inclusive da que regulava a sindicalização. Em 1934, participou da fundação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

190) José Clemente de Oliveira [1936(?) - 2005] – Economista, entrou para o BNDE no concurso de 1961. Fez uma exitosa carreira na instituição e ocupou cargos de direção. Trabalhou ativamente no programa petroquímico do Banco. Foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e consultor da Petroquímica do Nordeste S.A. – COPENE

191) José Garrido Torres (1915-) – Nascido no Rio de Janeiro, bacharelou-se e fez pós-graduação em economia na Universidade de Nova York. Foi adido da embaixada brasileira em Washington de 1947 a 1952 e atuou na área de comércio exterior da CEXIM. Foi diretor do Centro de Análise da Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas e participou da cúpula da CEXIM e da SUMOC durante a gestão de Simões Lopes. Junto com Octávio Gouveia de Bulhões, participou da Comissão Abbink e do Conselho Nacional de Economia. Posteriormente, seria presidente do BNDE, entre 1964 e 1967.

192) José Luiz Bulhões Pedreira (1924-2006) – Advogado, foi consultor na área jurídica do BNDE quando da criação do banco. Escreveu, juntamente com o advogado Alfredo Lamy Filho, o texto que deu origem à Lei das Sociedades

Anônimas (Lei nº. 6.404, de 1976). As normas regulamentam o funcionamento de todas as empresas que têm ações no mercado. Foi o formulador de todo o novo Sistema Financeiro Brasileiro a partir do Banco Central e o consultor jurídico que elaborou toda a legislação do Banco Central, criado em 1965.

193) José Maria Alkimin (1901-1974) – Advogado e político, teve atuação importante no governo Juscelino Kubitschek como ministro da Fazenda. Ao assumir a pasta herdou a difícil situação econômico-financeira dos governos anteriores. Entretanto, em vez de formular uma política de estabilização financeira, propôs-se a impedir que os desequilíbrios comprometessem o êxito do programa desenvolvimentista. Opôs-se à reforma cambial e ao abandono da política de defesa do café, entrando em divergência com Lucas Lopes, presidente do BNDE, e Roberto Campos, diretor-superintendente da mesma entidade. Negociou empréstimos com o FMI e bancos privados norte-americanos e propôs o reatamento das relações comerciais com a União Soviética. O aumento da inflação suscitou, todavia, inúmeras críticas que precipitaram sua saída do Ministério da Fazenda. Demitiu-se e reassumiu sua cadeira na Câmara, reelegendo-se pouco depois deputado federal.

194) José Pelúcio Ferreira (1928-2002) – Nascido em Lambari (MG), José Pelúcio Ferreira foi economista e idealizador do projeto de política científica e tecnológica brasileiro. Criou, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Fundo de Tecnologia – FUNTEC, com a finalidade pioneira de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Saiu do BNDE para ser vice-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi o segundo presidente da Financiadora de Estudos e Pesquisas – FINEP, de 1967 a 1975. Na gestão do FUNTEC, do CNPq e depois da FINEP, mostrou a importância do financiamento à ciência e à tecnologia do País, sendo responsável pela criação de 114 cursos de pós-graduação, entre mestrados e doutorados, incluindo a criação da COPPE – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação – na UFRJ. Posteriormente, em 1986, assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro durante o governo de Moreira Franco, quando reativou a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

195) José Soares Maciel Filho (1904 – 1975) – Jornalista, foi superintendente do BNDE e da SUMOC durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Conhecido como o *ghost-writer* da carta-testamento do presidente Vargas, de quem teria sido amigo e conselheiro informal desde a década de 1930.

196) Juarez do Nascimento Fernandes Távora (1899-1975) – Político cearense, em 1945 se filiou à UDN, partido de oposição à ditadura do Estado Novo. Envolveu-se no debate em torno do petróleo brasileiro, defendendo a participação do capital estrangeiro em sua exploração. Foi diretor da Escola Superior de Guerra (ESG) e, em 1954, eleito vice-presidente do Clube Militar, apoiando o movimento que exigia a renúncia de Vargas. Após o suicídio do presidente assumiu a chefia do Gabinete Militar, permanecendo nesse posto até abril do ano seguinte, quando se lançou candidato a presidente da República pela UDN. As eleições realizadas em outubro de 1955 deram a vitória a Juscelino Kubitschek, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

197) Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) – Nascido em Diamantina, Minas Gerais, Juscelino Kubitschek foi médico, militar e político brasileiro. Prefeito de Belo Horizonte, governador de Minas Gerais e presidente do Brasil entre 1956 e 1961. Responsável pela construção da nova capital federal, Brasília, executou assim o antigo projeto, já previsto em três constituições brasileiras, de mudança da capital para promover o desenvolvimento do interior e a integração do País. Durante todo o seu governo, o Brasil viveu um grande desenvolvimento econômico, liderado pelo Plano de Metas. Foi também um período de estabilidade política.

198) Justo Pinheiro da Fonseca (1919-1993) – Engenheiro, ligado à defesa de criação de conglomerados e ao COMIND, que foi um dos grandes bancos brasileiros liquidado pelo BACEN.

199) Krupp – A Krupp AG, atualmente ThyssenKrupp AG, é uma empresa alemã que constitui um dos principais grupos industriais do país, tendo se destacado na produção de aço, armas, munições e equipamentos. Fundada por Friedrich Krupp em 1811, a empresa inventou o aro de roda inteiriço para os trens, o que representou um considerável progresso para as ferrovias em todo o mundo. Aperfeiçoou, também, um método para fundir canhões de aço. Expandiu seus negócios para o setor de construção naval. Em 1951, a Krupp adquiriu novos equipamentos e transformou a fábrica numa das principais da Europa ao fundar uma sociedade com a siderúrgica Thyssen.

200) Legislação Inicial – Lei nº. 1.474 de 26 de novembro de 1951, do Fundo de Reaparelhamento Econômico, e Lei nº. 1.628 de 20 de junho de 1952, da criação do BNDE.

201) Lei da Usura – Denominação informal atribuída, no Brasil, à legislação que define como sendo ilegal a cobrança de juros acima de 12% ao ano ou a

cobrança exorbitante que ponha em perigo o patrimônio pessoal, a estabilidade econômica e a sobrevivência pessoal do tomador de empréstimo. Nestes casos, o prestador é denominado agiota. Desde 1933 está em vigor na forma do decreto nº. 22.626, de 7 de Abril de 1933, que define as punições e preceitos legais a respeito. A lei em questão se aplica a negócios civis e a instituições financeiras.

202) Light – A Light chegou ao Brasil em 1899. Em 1905 iniciou a construção da maior e mais moderna usina hidrelétrica do País, a Usina de Fontes, situada no município de Pirai (RJ). A inauguração do serviço de fornecimento de energia elétrica estável e segura ao Rio de Janeiro ocorreu em 1907. Além dos bondes, em 1918 investiu no ônibus elétrico, que circulou até 1927. Um ano antes, criou a Viação Excelsior, com ônibus modernos com cigarra e cobrador. Adquiriu, ainda, de um consórcio alemão, a concessão do serviço telefônico, passando a controlar as comunicações nas duas principais cidades do País, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1966 passou esse serviço para o governo federal. Após um longo período sob administração do governo federal, a empresa foi privatizada em 1996, arrematada por um consórcio formado por três multinacionais – Electricité de France (EDF), AES Corporation, Reliant Energy – e pela Companhia Siderúrgica Nacional.

203) Lúcio Martins Meira (1907-1991) – Militar, engenheiro, político e administrador brasileiro. Nascido em Petrópolis, seguiu carreira na Marinha do Brasil. Diplomou-se em engenharia civil pela Escola Nacional de Engenharia, em 1942. Foi subchefe do Gabinete Militar no segundo governo Vargas. Em 1951 foi designado representante da Marinha na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) da presidência da República, assumindo a direção do grupo responsável pela implementação da indústria automobilística. No ano de 1954, com o suicídio de Vargas, deixou o Gabinete Militar e as atividades da CDI. Foi indicado para ocupar o Ministério da Viação e Obras Públicas no governo de Juscelino Kubitschek, permanecendo no cargo até 1959, quando deixou a pasta que ocupava para presidir o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Ocupou ainda a presidência da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entre 1961 e 1963, afastando-se então da vida pública.

204) Luiz Antônio Sande de Oliveira (1933-1995) – Baiano, advogado e administrador, foi professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Católica de Salvador (1965-1966). Em 1976 foi nomeado representante do Ministério do Interior na Comissão Nacional de Indústria de Construção Civil e no Conselho Nacional de Política de Emprego. Em março de

1979 deixou a direção do BNH para assumir a presidência do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exercendo-a até 1984. Nesse mesmo período, integrou do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL). Aposentou-se em 1985, voltando a dedicar-se à carreira de professor universitário na Universidade Federal da Bahia e à de produtor rural na cidade de Amargosa (BA).

205) Luiz Zottmann – Economista, Ph.D pela Universidade de Columbia, Nova York; ex-professor da FGV.

206) Máquinas Piratininga – Fundada em 1935, a empresa originalmente se voltou para a fabricação de equipamentos para beneficiamento de algodão, com sede no bairro da Moóca, em São Paulo. Com o tempo, passou a desenvolver novos produtos, estendendo sua atuação para a fabricação de prensas para enfardamento de algodão, produção de pneus, caçambas para caminhões coletores de lixo, betoneiras, implementos agrícolas e estampados metálicos em geral. Em 1958, com o crescimento da indústria automobilística no Brasil, a empresa ampliou sua fábrica para uma área nos arredores das maiores empresas automobilísticas do Brasil, na via Anchieta. Na década de 1970, participou dos grandes projetos nacionais e passou a fabricar máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas e metalúrgicas.

207) Marcus Vinicius Pratini de Moraes (1939-) – Nascido em Porto Alegre, formou-se em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1963. Em 1965, em Berlim, e em 1966, em Pittsburgh, fez cursos de pós-graduação em administração pública e de empresas. Atuou como conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, diretor do Conselho de Empresários da América Latina e assessor-chefe da assessoria especial do presidente da República de março de 1967 a fevereiro de 1970. Foi ministro da Indústria e Comércio de 1970 a 1974, deputado federal em dois mandatos (1983-1987 e 1991-1994), representando o estado do Rio Grande do Sul, e ministro de Minas e Energia em 1992 e da Agricultura de julho de 1999 até dezembro de 2002.

208) Mário Behring – Engenheiro pioneiro do desenvolvimento energético nacional. Fez parte do grupo de engenheiros mineiros diplomados pela escola de Engenharia de Itajubá, que formou especialistas na área de energia elétrica no Brasil. Foi fundador da CEMIG e fez parte de sua primeira diretoria. Foi também presidente da Eletrobrás. Durante sua gestão foi criada a ELETROSUL, em 1968.

209) Mário Henrique Simonsen (1935-1997) – Engenheiro, economista, professor e banqueiro. Foi ministro da Fazenda durante o governo de Ernesto Geisel, entre 1974 e 1979, e ministro do Planejamento no governo Figueiredo (no ano de 1979). Antes disso, havia sido presidente do Banco Central no governo Castello Branco, na década de 1960. Engenheiro civil formado pela antiga Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, destacou-se, porém, ao longo de sua carreira, como professor de economia da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas, a qual ajudou a fundar a partir do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da mesma fundação. Atuou também como sócio-consultor do banco de investimentos Banco Bozano, Simonsen e prestou consultoria para diversas empresas do setor financeiro nacional e internacional.

210) Mauro Thibau (1923 -) – Foi ministro de Minas e Energia do Brasil no governo Castello Branco, de 17 de abril de 1964 a 15 de março de 1967. Trabalhou na Comissão do Vale do São Francisco, em 1947, e integrou a primeira diretoria da CEMIG, na gestão estadual de Juscelino Kubitschek, em 1952.

211) Mercedes-Benz – A marca Mercedes foi registrada em 1902. Surgiu de uma referência à Mercedes Jellinek, filha de Emil Jellinek, cliente fiel de Gottlieb Daimler. O nome Mercedes identifica os carros encomendados por Jellinek, um entusiasta do automobilismo, e consagrou-se a partir das vitórias obtidas nas pistas. Com a fusão das empresas Daimler-Motoren-Gesellschaft e Benz & Cia., em 1926, originou-se a Mercedes-Benz. No Brasil, a fundação oficial da Mercedes-Benz do Brasil S.A. ocorreu em 1953 e a empresa teve como primeiro presidente Alfred Jurzykowski. Em 1955, foi fundido, pela SOFUNGE, o primeiro bloco para motor veicular, fato pioneiro na América Latina, destinado à Mercedes-Benz do Brasil S.A. Em 1965, iniciaram-se as exportações de veículos comerciais da empresa para o mercado latinoamericano. Quatro anos mais tarde, a SOFUNGE foi adquirida pela empresa. Em 1998, quando da fusão dos grupos Daimler-Benz e Chrysler, surgiu o grupo DaimlerChrysler AG, que se tornou detentor das marcas Mercedes-Benz, Chrysler, Dodge e Jeep.

212) Milagre Econômico – O “milagre econômico” é a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico ocorrido durante a ditadura militar, ou anos de chumbo, especialmente entre 1969 e 1973, no governo Médici. Nesse período áureo do desenvolvimento brasileiro em que, paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da pobreza, instaurou-se um

pensamento ufanista de “Brasil potência”, que se evidencia com a conquista da terceira Copa do Mundo de Futebol em 1970 no México, e a criação do mote de significado dúbio: “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

213) Ministério da Aeronáutica (MAER) – Antigo ministério brasileiro, foi criado em 20 de janeiro de 1941, no governo do presidente Getúlio Vargas, pelo decreto-lei nº. 2.961. Incorporou pessoal, material e instalações da Arma da Aeronáutica do Exército e do Corpo de Aviação Naval. Foi extinto e transformado no Comando da Aeronáutica (COMAER) e subordinado ao Ministério da Defesa pela medida provisória nº. 2.216-37 de 2001, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

214) Ministério da Fazenda – Criado em 1808, com a chegada da corte real portuguesa ao Brasil e a conseqüente necessidade de uma nova organização local das finanças públicas. A denominação “Ministério da Fazenda” só foi oficialmente adotada em 1891, durante o governo de Deodoro da Fonseca, com a implantação da República. Atualmente, o Ministério da Fazenda é responsável pela formulação e execução da política econômica do Brasil. Sua área de atuação abrange assuntos diversos, dentre os quais se destacam: moeda, crédito e instituições financeiras; política e administração tributária; administração financeira e contabilidade pública; dívida pública; negociações econômicas internacionais; preços em geral; tarifas públicas e administradas; fiscalização e controle do comércio exterior; e acompanhamento da conjuntura econômica.

215) Ministério da Indústria e do Comércio – Originalmente denominado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, teve a finalidade de concentrar a direção dos assuntos referentes ao capital e ao trabalho. Com a Lei nº. 3.782, de 1960, foi criado o Ministério da Indústria e do Comércio. A Lei nº. 4.048, de 1961, organizou o novo Ministério, estabelecendo que o estudo e a execução da política econômica e administrativa relacionada com a indústria e o comércio estariam sob sua jurisdição, competindo-lhe fomentar, orientar, proteger, regulamentar e fiscalizar o desenvolvimento industrial, nacional e regional, a expansão do comércio interno e externo e as operações de seguros privados e de capitalização. Na década de 1980, por redefinição das diretrizes políticas governamentais, tornou-se mais relevante a tríade indústria, comércio e tecnologia. Por meio da Medida Provisória nº. 29, de 1989, o órgão passou a denominar-se Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, com a competência dos assuntos anteriormente a cargo dos ministérios da Indústria e do Comércio e da Ciência e Tecnologia. Em seguida, o Decreto nº. 97.472, do

mesmo ano, dispôs sobre sua organização e apenas 60 dias depois foi criada a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia, pela Lei nº. 7.740, passando o Ministério a denominar-se do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

216) Ministério da Viação – Em 1860, durante o Regime Imperial, foi criada a Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em decorrência do desmembramento dos serviços de correios, telégrafos, estradas e obras públicas. Proclamada a República em 1889, foi reestruturada a administração do País, sendo criado em 1891 o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, para o qual passaram as atribuições da Secretaria da Agricultura, extinta em novembro de 1892. Em 1906, o Ministério recebeu novas atribuições e a denominação de Ministério da Viação e Obras Públicas. Na década de 1960, a reforma administrativa determinou profundas alterações na estrutura da pasta, já então transformada em Ministério dos Transportes, tendo como áreas de competência os transportes ferroviário, rodoviário, aquaviário, marinha mercante, portos e vias navegáveis e a participação na coordenação dos transportes aeroviários. Em março de 1990 ocorreu a fusão dos ministérios dos Transportes, das Minas e Energia e das Comunicações, e criado o Ministério da Infraestrutura. Em 1992, foi extinto o Ministério da Infraestrutura e criado o Ministério dos Transportes e das Comunicações com atribuições na área dos transportes, telecomunicações e serviços postais. Em novembro do mesmo ano, foi criado o atual Ministério dos Transportes, com atribuições específicas em política nacional de transportes.

217) Ministério das Relações Exteriores – O Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), também conhecido como Itamaraty (nome da sua antiga sede, no Rio de Janeiro), é um órgão do Poder Executivo, responsável pelo assessoramento do presidente da República na formulação, desempenho e acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais. Durante um bom período foi denominado Ministério de Negócios Estrangeiros, inclusive durante o Império e Primeira República. A atuação do Itamaraty cobre as vertentes política, comercial, econômica, financeira, cultural e consular das relações externas, áreas nas quais exerce as tarefas clássicas da diplomacia: representar, informar e negociar.

218) Ministério do Planejamento – O cargo de ministro Extraordinário responsável pelo Planejamento do País foi criado pela Lei Delegada nº. 1, de janeiro de 1962, e ocupado por Celso Furtado, então o primeiro ministro do Planejamento. Até então, só existia na estrutura governamental o Conselho de

Desenvolvimento – criado em 1956, detinha atribuições de coordenação e planejamento da política econômica –, que passou a ser subordinado ao Ministério recém-criado. Em 1964, as atribuições do ministro foram ampliadas com a inclusão da Coordenação Econômica. Em 1965, foi criado o Conselho Consultivo do Planejamento como órgão de consulta do Ministério. Em 1967, alterou o nome para Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Em 1974, passou a ser uma Secretaria, a SEPLAN; em 1995, foi transformada no Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); em 1999 passou a se chamar Ministério do Orçamento e Gestão – MOG; e em julho do mesmo ano recebeu o nome atual de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –(MPOG).

219) Missão Abbink – A Missão Abbink, de 1948, foi copresidida pelos representantes do Brasil e dos Estados Unidos, respectivamente Octávio Gouveia de Bulhões e John Abbink, de quem tomou o nome, e contou com a participação de técnicos e empresários de ambos os países. O relatório da Missão Abbink procurava definir quais seriam os principais “pontos de estrangulamento” da economia brasileira e oferecer soluções para esses problemas, mas não passou do diagnóstico. Não se desdobrou diretamente em nenhum projeto concreto, nem contribuiu para a concessão de nenhum empréstimo ou financiamento. A preocupação com um diagnóstico acerca das causas do baixo nível de industrialização e de progresso da economia brasileira ensejou, além da Missão Abbink, uma anterior, a Missão Cooke, de 1942. Ambas foram estabelecidas a partir de solicitação do governo brasileiro aos EUA para auxiliar nos estudos e prognósticos da economia brasileira, bem como a natureza das transformações estruturais que se deveria introduzir no sistema produtivo.

220) Missão do Klein-Saks – Em 1955, o governo chileno contratou uma empresa privada americana para assessorar sua política econômica. O plano de estabilização econômica, conhecido como programa da Missão Klein-Saks, seguia à risca o receituário do Fundo Monetário Internacional, propunha reformas no sentido da liberação crescente da economia, com a contenção dos gastos públicos e dos salários, supressão dos subsídios governamentais, liberação das importações e drásticas reduções do crédito bancário, além de medidas de caráter tributário.

221) Namir Salec – Chefe da Divisão Industrial e depois diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, de 1987 a 1990.

222) Nereu de Oliveira Ramos (1888-1958) – Advogado e político brasileiro. Foi deputado, governador, senador, presidente da Câmara de Deputados, em 1951, e vice-presidente do Senado, em 1955. Foi vice-presidente

do Brasil, eleito pelo Congresso Nacional, de 1946 a 1951. Presidente da República durante dois meses e 21 dias, de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956. Como presidente do Senado Nacional, Nereu Ramos assumiu a presidência após o suicídio do titular, Getúlio Vargas, e os impedimentos do vice-presidente Café Filho e do presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, graças ao Movimento de 11 de Novembro liderado pelo general Henrique Lott.

223) Nippon Steel Corporation – Empresa do aço formada em 1970 no Japão. É hoje a segunda maior produtora de aço do mundo em volume e rentabilidade. Foi criada pela fusão das gigantes Yawata Iron & Steel e da Fuji Iron & Steel. Em 1956, houve uma solicitação do governo brasileiro para a cooperação na construção de uma usina siderúrgica integrada; em junho do ano seguinte foi firmado um acordo para a construção de uma empresa siderúrgica nipobrasileira. Em dezembro foi constituída a Nippon USIMINAS, como empresa representante dos investimentos japoneses (tendo a Nippon Steel participação de 30,1% do capital) e em janeiro de 1958 foi estabelecida a empresa USIMINAS (tendo a Nippon USIMINAS participação de 40% do capital). Em 1999, a Nippon Steel, em conjunto com a USIMINAS, constituiu a UNIGAL, empresa de galvanização de chapas de aço destinadas à fabricação de automóveis. Em 2006, a Nippon Steel transformou a Nippon USIMINAS em sua subsidiária, e pelo método de equivalência patrimonial, a USIMINAS tornou-se empresa coligada da Nippon Steel.

224) Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP) – Em 1975, o Decreto nº. 76.805 autorizou a criação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., situada no município de Itaguaí (RJ). A NUCLEP produz equipamentos para indústria nuclear-elétrica e outros componentes diversos como a construção do casco da plataforma da P-51 da Petrobras, câmara hiperbárica para pressões equivalentes a 3 mil metros de profundidade e geradores de vapor para a Usina Nuclear de Angra 1.

225) O Estado de S. Paulo – Mais antigo jornal da cidade de São Paulo ainda em circulação. Fundado em 1875, durante o Império, circulou pela primeira vez como *A Província de S. Paulo* – seu nome original. Somente em janeiro de 1890, após o estabelecimento de uma nova nomenclatura para as unidades da federação pela República, receberia sua atual designação. Ao final do século XIX já era o maior jornal de São Paulo, superando em muito o *Correio Paulistano*. Pelas suas páginas passaram e passam nomes importantes da literatura brasileira: Euclides da Cunha e Monteiro Lobato foram os pioneiros. Atualmente, o jornal é o quarto em circulação no Brasil e o primeiro na Grande São Paulo.

226) O Petróleo é Nosso – Bordão da Campanha do Petróleo que culminou na criação da petrolífera nacional Petrobras. O presidente Dutra defendia uma política econômica liberal, de abertura ao capital estrangeiro. Em 1948, realizou-se uma cerimônia no Automóvel Clube do Rio de Janeiro que iniciou a reação das forças nacionalistas ao projeto do Estatuto do Petróleo, projeto de lei de inspiração liberal. Foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, entidade civil que reunia militares, civis, intelectuais, estudantes e profissionais liberais na Campanha do Petróleo. Foram nomeados seus presidentes honoríficos o ex-presidente Artur Bernardes e os generais Horta Barbosa e José Pessoa. Essa ampla campanha em favor do monopólio estatal do petróleo organizou-se em todo o Brasil, mobilizando estudantes universitários, profissionais liberais e militares.

227) Obrigações do Reaparelhamento Econômico – As Obrigações do Reaparelhamento Econômico foram criadas pela Lei nº. 1.474, de 1951, que modificou a legislação do Imposto sobre a Renda, criando um adicional para capitalizar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado pela Lei nº. 1.628, de 1952. Esta Lei dispõe também sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3º da Lei nº. 1.474 e fixa a respectiva bonificação, além de autorizar a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal. Mais tarde, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a Lei nº. 2.973, de 1956, prorrogaria a vigência das medidas de ordem financeira relacionadas com a execução do Plano de Metas.

228) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) – A ORTN foi instituída pela Lei nº. 4.357/64 e regulamentada pelo Decreto nº. 54.252/64. Era um título público federal emitido pelo Tesouro Nacional com a característica básica de pagar remuneração corrigida pelos índices inflacionários calculados por órgão governamental. O valor unitário do título foi utilizado como indexador no mercado financeiro e também para atualização dos ativos e passivos nos balanços patrimoniais das empresas e demais entidades, com ou sem fins lucrativos. Existiu de 1964 até 1986 e era emitida para financiar o déficit público e também utilizada pelo Banco Central para fazer política monetária. Foi extinta pelo Decreto-lei nº. 2.284/86.

229) Octávio Gouveia de Bulhões (1906-1990) – Economista brasileiro, bacharel em ciências jurídicas e sociais com curso de doutorado pela Faculdade do Rio de Janeiro. Fez curso de especialização em economia na American University (Washington). Era catedrático por concurso da Faculdade Federal de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, *doutor honoris causa* em economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e professor

emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ingressou no Ministério da Fazenda em 1926, na seção Diretoria-Geral do Imposto de Renda. Foi membro do Conselho Nacional de Economia, do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal e do Primeiro Conselho de Contribuintes (1934); Chefe da Seção de Estudos Econômicos e Financeiros (1939-1951); Membro da Delegação do Brasil à Conferência Monetária e Financeira de Bretton Woods, EUA (1944); ministro interino da Fazenda no governo Café Filho; diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito (1954-1955 e 1961-1962); ministro da Fazenda (1964-1967) no governo de Castello Branco; presidente do Banco do Estado da Guanabara, da COPEG no período de 1971-73 e do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV – pós 1967).

230) Organização das Nações Unidas (ONU) – A Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a Segunda Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. A ONU é constituída de seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado. Ligados à ONU há organismos especializados que trabalham em áreas diversas como saúde, agricultura, aviação civil, meteorologia e trabalho.

231) Oswaldo Sunkel (1929-) – Economista chileno, estudou na Universidade do Chile, onde conheceu os fundadores da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), integrando-se ao grupo de pensadores latinoamericanos. Fez pós-graduação na CEPAL e na London School of Economics. Foi funcionário da CEPAL em inúmeros países da América Latina, fundador e diretor do organismo no Brasil, assim como do Instituto Latinoamericano de Planejamento Econômico e Social (ILPES). Até 2002, foi assessor especial do Secretariado Executivo da CEPAL. É professor titular da universidade do Chile e foi professor visitante em diversas universidades do mundo.

232) Otávio Dias Carneiro (1912-1968) – Diplomata e economista. Em 1940, ingressou no Itamaraty. Serviu na embaixada brasileira em Washington de 1946 a 1951, período em que estudou economia política na Universidade de George Washington, bacharelando-se em fevereiro de 1949. Dois anos depois, doutorou-se em economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

Trabalhou como chefe do Departamento de Economia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; na embaixada do Brasil em Londres; no Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República e da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Foi representante do Ministério da Fazenda no Conselho Nacional do Petróleo. Em 1961, foi designado presidente da comissão de organização do Ministério da Indústria e Comércio. Durante o governo de João Goulart, assumiu a pasta da Indústria e Comércio. Permaneceu no ministério até o final de janeiro de 1963 e em março assumiu a direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), onde ficou até maio de 1964.

233) Otávio Marcondes Ferraz (1896-1990) – Paulista, estudou engenharia na Escola Politécnica da Universidade de Bruxelas e no Instituto de Engenharia Eletrotécnica de Grenoble, formando-se em 1918. Depois de exercer outras atividades, decidiu abrir a sua própria empresa de projetos, o Escritório Técnico O.M.F., inaugurado em São Paulo em 1928 e que atuou até 1984. Em 1948, o governo Dutra encomendou ao Escritório Técnico O.M.F. o projeto da Usina de Paulo Afonso. Foi nomeado diretor técnico da recém-criada Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), mas se licenciou deste cargo para assumir, em 1955, a pasta da Viação e Obras Públicas, para a qual foi indicado pelo presidente Café Filho. Sete meses depois, deixou o Ministério e retomou suas funções na CHESF. Em 1964, no início do governo Castello Branco, Marcondes Ferraz tomou posse da presidência da Eletrobrás, permanecendo neste cargo durante três anos.

234) Paulo Vieira Belotti (1932-) – Nascido em Bom Jesus de Itabapoana, cursou engenharia civil e matemática no Rio de Janeiro. Possui graduação também em engenharia nuclear, pela Escola de Tecnologia Oak Ridge, do Tennessee. Trabalhou no Banco do Brasil e no BNDE. Foi diretor da Petrobras Químicas S.A. – PETROQUISA; da Petrobras Distribuidora S.A.; da Norcell S.A. Ex-secretário-geral do Ministério de Minas e Energia, também exerceu o cargo de diretor financeiro da Petrobras nos governos Figueiredo e Sarney. Atualmente trabalha na iniciativa privada.

235) Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) – A Petróleo Brasileiro S.A. é uma empresa estatal brasileira, de economia mista, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados no Brasil e no exterior. Foi criada em outubro de 1953, pelo presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de executar as atividades do setor de petróleo no Brasil em nome da União. As operações de

exploração e produção de petróleo, bem como as demais atividades ligadas ao setor de petróleo, gás natural e derivados – à exceção da distribuição atacadista e da revenda no varejo pelos postos de abastecimento –, foram monopólio conduzido pela Petrobras de 1954 a 1997. Em 6 de agosto de 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei nº. 9.478, que abriu as atividades da indústria petrolífera no Brasil para a iniciativa privada.

236) Petroquímica do Nordeste Copene Ltda (COPENE) – A Petroquímica do Nordeste Copene Ltda., empresa brasileira criada em 1972, era a central de matérias-primas do Polo Petroquímico de Camaçari e produzia petroquímicos básicos (eteno, propeno, etc.). Em 1974, mudou sua razão social para COPENE Petroquímica do Nordeste S.A. Em 2002, foi adquirida pela Braskem, quando os grupos Odebrecht e Mariani uniram suas empresas petroquímicas e criaram a primeira petroquímica integrada do Brasil, que combina operações da primeira e da segunda geração da cadeia produtiva do plástico em uma única operação.

237) PETROQUISA S.A. – A PETROQUISA é uma sociedade por ações, de capital aberto, *holding* estatal de participações societárias em empresas do setor petroquímico, tendo sido criada pelo Decreto nº. 61.981, de 1967, como o braço químico da Petrobras, com o objetivo de desenvolver e consolidar a indústria química e petroquímica no Brasil. Atualmente, o portfólio de participações societárias da PETROQUISA é composto de 14 empresas, sendo nove operacionais, três projetos em implantação, um projeto paralisado e uma empresa fora de operação e em fase de encerramento das atividades. Continua atuando de forma integrada com a Petrobras, objetivando viabilizar as oportunidades de negócios petroquímicos no novo cenário do setor.

238) PIS e PASEP – Foi a partir de 1974, quando o BNDE passou a administrar os recursos oriundos do PIS e do PASEP, que o *funding* do Banco passou a ser constituído por recursos para-fiscais, isentando-o da competição por recursos orçamentários. O Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) – cujos recursos eram administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil – haviam sido criados em 1970 e correspondiam, na prática, a uma poupança compulsória em favor dos trabalhadores dos setores privado e público, respectivamente. Em ambos os casos, a base de cálculo é o faturamento das empresas.

239) Plan Monet – Na França do período pós-Segunda Guerra Mundial, o estado optou por lançar um plano de reconstrução nacional, assumindo a

coordenação dos investimentos e o financiamento. O planejamento nacional francês resistiu ao contexto do mercado comum, à privatização e ao padrão dólar, à internacionalização dos bancos e fuga de capitais. No planejamento estratégico, investiram primeiro na infraestrutura, com investimentos maciços.

240) Plano Marshall – Plano elaborado pelos Estados Unidos e destinado à recuperação dos países da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Seu nome oficial era Programa de Recuperação Europeia, mas ficou conhecido com o nome do secretário de Estado George Marshall. O Plano foi elaborado após uma reunião com as nações europeias em julho de 1947. A União Soviética e os países da Europa Oriental foram convidados a participar, mas se recusaram. Durante os seus quatro anos de funcionamento transferiu cerca de US\$ 13 bilhões (em valores da época) a título de assistência técnica e econômica.

241) Plano Nacional de Eletrificação – Enviado no segundo governo Vargas ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de criação da Eletrobrás, o Plano Nacional de Eletrificação previa a duplicação da capacidade instalada de energia elétrica no País, a interligação dos sistemas regionais e a unificação das correntes elétricas em dez anos. Seu financiamento viria do Fundo Federal de Eletrificação (FFE), formado pela receita oriunda do imposto único sobre energia elétrica (IUEE), cuja parcela principal estaria vinculada ao Plano. A Eletrobrás seria a empresa *holding* do sistema, administrando o conjunto das empresas regionais. O Plano sofreu forte oposição, tanto das sociedades de energia elétrica de capital internacional, como das empresas públicas e sociedades de economia mista de eletricidade estaduais, que temiam o controle e a centralização excessiva do poder no governo federal. O Plano foi arquivado, assim como o projeto Eletrobrás foi engavetado, e o FFE e o IUEE passaram a ser geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

242) Plano Nacional do Carvão – Criado em 1953, pela Lei nº. 1.886, seu projeto foi proposto pelo presidente Vargas dois anos antes. O Plano destinava-se a conjugar as atividades de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do carvão nacional, a fim de ampliar sua produção, regularizar o seu fornecimento, reduzir seus preços e melhor aproveitá-lo como combustível e matéria-prima.

243) Plano Salte – O Plano Salte, lançado durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, foi apresentado ao Congresso em maio de 1947, e ganhou esse nome em função de seus objetivos básicos, voltados para os setores de saúde, alimentação, transporte e energia. Para sua execução, contava com recursos provenientes da arrecadação e de empréstimos externos, que não se realizaram

como pretendido. Em 1951, o Plano caiu em descrédito, pois a inflação, causada pela queda de reservas, afetou diretamente o custo de vida e o poder aquisitivo da população, desgastando profundamente a imagem do presidente.

244) Plano Trienal – Proposto pelo ministro do planejamento, Celso Furtado, no governo de João Goulart, o Plano Trienal era uma resposta política às dificuldades no gerenciamento das contas públicas e à deterioração do comércio externo. Propunha o combate à inflação a partir do controle do déficit público e das emissões, adotando uma estratégia gradualista. Por meio dos investimentos externos, do aumento das exportações e de novas medidas tributárias, o financiamento ao desenvolvimento nacional seria garantido. Outras medidas propostas eram a reequiparação dos preços e tarifas e um corte sistemático nos subsídios. O plano não obteve, no entanto, sucesso na contenção da inflação e no retorno ao crescimento econômico.

245) Polyvox – A empresa Polyvox foi fundada em 1967 por Moris Arditti e Mario Pucci, em Osasco (SP). Durante muitos anos, foi a maior concorrente da Gradiente, até ser adquirida por ela em 1979. Logo depois da aquisição, os equipamentos modulares Polyvox foram descontinuados e a marca foi direcionada para o mercado de aparelhos populares: conjuntos integrados tipo 3-em-1 e radiogravadores. A partir de meados da década de 1980 os produtos com a marca Polyvox foram desaparecendo. Atualmente não existe mais nenhum produto com essa marca, ainda que (provavelmente) a Gradiente mantenha seu registro.

246) Ponto IV – Programa de colaboração técnica internacional criado pelo presidente norte-americano Harry Truman. Foi estabelecido por meio de acordos entre os Estados Unidos e os países latinoamericanos e abrangia as áreas de economia, administração pública, orçamentária e financeira, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação, transportes e outros.

247) Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – O I Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado pela Lei nº. 5.757, de 1971, pretendia colocar o País, até o final do século, no bloco das nações desenvolvidas, mediante um processo de desenvolvimento autossustentado e integrado. Para tanto, considerava como pré-requisitos: a disseminação dos resultados do progresso econômico, tanto em termos de classes de renda, quanto de regiões; a transformação social para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir a renda e manter uma sociedade aberta; a estabilidade política para realizar o desenvolvimento sob o regime democrático; a segurança nacional, interna e externa. Buscava-se obter taxas de crescimento do PIB compreendidas entre 8%

e 10% ao ano e, em decorrência, duplicar até 1980 (tomando-se, por ano-base, 1969) a renda *per capita* do País. O Plano definia, no setor industrial, a modernização da empresa nacional, com vistas a fortalecer a sua capacidade competitiva, eliminando as condições de desigualdade em que operava. No setor agrícola, visava à competitividade internacional e expansão da fronteira agrícola; no setor público, uma atuação eficiente do governo mediante a definição de tarefas, de forma a preservar a viabilidade e o dinamismo do setor público.

248) II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – O II Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado pela Lei n.º. 6.151, de 1974, que foi executado nos quatro anos seguintes, reconhecia as dificuldades que a economia teria de enfrentar, a partir de 1975, para manter as elevadas taxas de crescimento verificadas no período anterior. Essas dificuldades estavam relacionadas com a absorção da capacidade ociosa e a crise de energia e de escassez de matérias-primas nos países industrializados e seus efeitos sobre o balanço de pagamento. Apesar disso foram estabelecidos, como objetivos, a manutenção do crescimento acelerado, com taxas de aumento das oportunidades de emprego da mão de obra superiores às da década anterior; a manutenção de relativo equilíbrio no balanço de pagamentos; a contenção da inflação pelo método gradualista; a melhoria da distribuição de renda pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico; a preservação da estabilidade social e política; a realização do desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, do patrimônio de recursos naturais do País.

249) PRÓ-CERRADO – Na década de 1970, o governo incentivou a intensificação da agricultura com a mecanização das operações e a criação, em 1971, da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas e da EMBRATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Criou o Pró-Várzea para incrementar a produção de arroz, depois lançou recursos para incentivar a produção de trigo, originando o Programa Pró-Cerrado para explorar as terras do Centro-Oeste. Tanto o governo como os centros de pesquisa estavam focados no aumento da produtividade.

250) Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) – Criado pela Lei n.º. 5.969, de 1973, regido também pelas disposições da Lei n.º. 8.171, de 1991 (Lei Agrícola), ambas regulamentadas pelo Decreto n.º. 175, de 10 de maio de 1991, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária é um instrumento de política agrícola instituído para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para pagamento do seu custeio agrícola,

em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações. Além disso, garante a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrer perdas por essas razões.

251) Programa de Metas – O Programa de Metas, também conhecido como Plano de Metas, foi o programa de desenvolvimento econômico do governo Juscelino Kubitschek. Baseava-se em diagnósticos do Grupo CEPAL-BNDE sobre a demanda futura da economia brasileira, e, ainda, em estudos e projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, instalada durante o segundo governo Vargas. O Plano tinha como objetivo maior elevar o padrão de vida dos brasileiros e constituía-se de projetos de desenvolvimento que se dividiam em cinco grandes setores: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. Cada um dos setores estava dividido em metas, que totalizavam 30. Era ainda parte do Plano a construção de Brasília, cujos projetos de transporte estavam especialmente articulados.

252) Programa de Reparcelamento Econômico – O BNDES geriu e executou o Programa de Reparcelamento Econômico, com o objetivo de criar uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento. Os objetivos do programa eram o reparcelamento de portos e ferrovias, o aumento da capacidade de armazenamento, assim como de frigoríficos e matadouros, o aumento da produção de energia elétrica e o desenvolvimento das indústrias básicas e da agricultura.

253) Programa Especial para o Financiamento de Capital de Giro (PROGIRO) – Criado em 1974, o Programa Especial para o Financiamento de Capital de Giro – PROGIRO, absorveu as funções do Fundo Especial para o Financiamento do Capital de Giro (FUNGIRO). Realiza operações de financiamento para capital de giro das empresas industriais de capital privado nacional com ativo fixo superior a 50 mil vezes o maior salário mínimo e participação expressiva no mercado de âmbito nacional, com desempenho técnico, gerencial e financeiro suficientemente bom nos últimos 12 meses, superior a 150 mil vezes o maior salário mínimo.

254) Programa Nuclear – No governo Juscelino Kubitschek já estava prevista a construção de uma usina em Mambucaba, localidade próxima a Angra dos Reis (RJ). Posteriormente, durante o regime militar, o projeto tomaria corpo e daria origem ao Programa Nuclear Brasileiro. Formado pelas usinas da Central Nuclear Almirante Alberto, Angra 1, Angra 2 e Angra 3, é administrado pela estatal Eletrobrás Termonuclear (Eletronuclear). A escolha do local gerou

controvérsias, mas deveu-se à sua proximidade dos grandes centros consumidores de energia do País, dentre outras necessidades técnicas. No governo Geisel foi assinado com a Alemanha o Acordo sobre Cooperação para Uso Pacífico da Energia Nuclear, incluindo a aquisição das usinas de Angra 2 e Angra 3. As obras de Angra 2 tiveram início em 1976, mas a partir de 1983 o empreendimento teve o seu ritmo desacelerado por falta de recursos financeiros.

255) Projeto “Brasil, Grande Potência” – No governo Médici, de 1969-1974, o Brasil crescia a uma taxa de 10% ao ano. Foram lançados o I PIN (Programa de Integração Nacional) e o I PND (Programa Nacional de Desenvolvimento), voltados para grandes projetos como a construção da Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói, o programa nuclear (Angra I), a ampliação do parque hidrelétrico, entre outros. Esse projeto ficou conhecido como “Brasil, Grande Potência”. Os militares tinham como meta geopolítica e militar construir um parque industrial importante no Brasil, para que o País entrasse para o restrito elenco das principais potências mundiais. As principais metas de sua proposta eram compatíveis com os interesses do capital produtivo e do capital financeiro internacional que se dispuseram a participar delas, instalando aqui suas filiais ou financiando projetos.

256) Projeto Celulose-Sisal – Talvez o entrevistado refira-se ao Projeto do BNDE de financiar programas de papel e celulose, haja vista que, entre 1955 e 1965, o BNDE realizou apenas poucas operações de aval ao setor de celulose e papel. Até 1967, quando criou a resolução 276/67, o Banco não concedia apoio a projetos de fabricação de papel e pasta mecânica. Durante o II PND, devido ao diagnóstico de que a demanda de celulose e papel cresceria muito, o BNDE aportou recursos em empresas como a Cenibra, Suzano, Jari, Aracruz, Bahia Sul e outras.

257) Projeto Jari – Em 1967, a empresa Jari Indústria e Comércio S/A foi comprada pelo armador norte-americano Daniel Keith Ludwig, com o objetivo de estabelecer um empreendimento de grande porte na Amazônia. Depois de negociações conturbadas, dado o tamanho do projeto, o empresário concluiu as negociações com os proprietários e com o governo brasileiro, iniciando as atividades da Jari Florestal e Agropecuária Ltda., conhecida como “Projeto Jari”, cujo objetivo principal era a produção de papel e celulose para suprir a demanda desses produtos. Para atender um planejamento projetado para 1985, a previsão era plantar uma área de cerca de 160 mil hectares, correspondente a 10% da área compreendida. Uma fábrica de celulose foi projetada para entrar em funcionamento em 1978; construída pelos estaleiros Ishikawagima, no Japão, ela foi transportada sobre duas plataformas flutuantes e atravessou o Mar da

China, os oceanos Pacífico, Índico e Atlântico, subiu o Rio Amazonas até a sua confluência com o Rio Jari e chegou à localidade de Munguba.

258) Projeto Veracruz – Provavelmente o entrevistado faz referência à empresa Veracruz Florestal, que depois constituiu uma *joint venture* com o grupo sueco-finlandês Stora Enso. Mais tarde, seria adquirida pela Aracruz Celulose, empresa brasileira controlada pelos grupos Safra, Lorentzen (fundador) e Votorantin. A expansão da empresa contou com aporte de capital do BNDES.

259) Quitandinha – Refere-se à reunião realizada no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, em 1954, convocada pela Organização dos Estados Americanos – OEA, com os ministros da Fazenda dos estados membros. Nela nasceu a ideia de criação de uma instituição financeira, futuro Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para atender às necessidades dos países latinoamericanos não contemplados com recursos do BIRD. Posteriormente, durante o governo de Juscelino Kubitschek e do presidente dos Estados Unidos Dwight D. Eisenhower, o BID foi formalmente criado (1959).

260) Raul Prebisch (1901-1986) – Formado na Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires, este economista argentino foi o mais destacado intelectual da CEPAL, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento econômico. Trabalhou no Ministério da Fazenda, da Agricultura e na Direção de Estatística da Nação. Foi professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires. Em fins de 1934, elaborou o projeto para a criação de um Banco Central, onde um ano mais tarde seria gerente-geral. Passados oito anos, deixou a direção do Banco, por pressão do general Perón. Em fins de 1948, foi convidado, como consultor pela CEPAL, para escrever a introdução do primeiro Estudo Econômico da América Latina. Trabalhou nessa instituição até 1963. Trabalhou ainda na UNCTAD. Aposentou-se das Nações Unidas em 1972.

261) Rede Energia – A Rede Energia é um dos maiores grupos empresariais privados do setor energético brasileiro. A empresa atua na distribuição, comercialização e geração de energia. É a responsável pelo abastecimento de cerca de 34% de todo o território nacional. O grupo, com 106 anos no setor elétrico, tem hoje mais de 317 mil quilômetros em seu sistema de distribuição e 454 subestações. O primeiro passo neste sentido foi dado em 1903 com a fundação da Empresa Elétrica Bragantina S.A., que atende parte de São Paulo e de Minas Gerais. Depois foram adquiridas três concessionárias, que atendem o interior de São Paulo: a Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., em 1980, a Companhia Nacional de Energia Elétrica, em 1984, e a Caiuá

Distribuição de Energia S.A., em 1985. Em 1995 adquiriu a Companhia Força e Luz do Oeste, que atende um município no estado do Paraná. Em 1997, ganhou o leilão de privatização da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (CEMAT) e, em 1998, o da Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA). Em 2001, o grupo realizou o maior empreendimento da iniciativa privada de geração de energia elétrica: a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (Lajeado), no Tocantins.

262) Refinaria Capuava (RECAP) – Atualmente a menor refinaria de São Paulo, a Refinaria Capuava – RECAP já teve o maior volume de produção do País. Quando inaugurada, em 1954, processava 3.180 m³ de petróleo por dia, então a maior capacidade de refino do Brasil. Foi incorporada à Petrobras em junho de 1974. Como é uma das refinarias mais antigas, tinha muitos de seus instrumentos acionados por válvulas pneumáticas até a década de 1990. Hoje, tem elevado índice de automação e seu Sistema Digital de Controle Distribuído é dos mais modernos da Petrobras. A instalação da refinaria acarretou o surgimento de um polo petroquímico no seu entorno. Hoje, este polo – que não processa apenas necessariamente matérias-primas oriundas da UN-RECAP – é composto de empresas como Oxiteno, Cabot, Suzano Petroquímica, Petroquímica União, entre outras.

263) Reformas de 1964 e 1965 – A Reforma Bancária de 31 de dezembro de 1964 (Lei n.º. 4.595) significou suporte ao capital industrial e comercial via poder estatal, com o objetivo de aprimorar o capitalismo monopolista no País, agilizando as transações financeiras, necessárias a tal empreendimento, que aumentavam com o volume crescente da circulação de capitais. A reforma do mercado de capitais (Lei n.º. 4.728, de 1965) buscou atacar um conjunto de problemas – modernizando as Bolsas, extinguindo o monopólio dos corretores públicos, etc. – e criar um sistema de distribuição de valores mobiliários, composto de corretoras e distribuidoras (com atuação no “varejo”) e dos bancos de investimento (dotados da atribuição de agentes “atacadistas” do mercado). A expectativa dos responsáveis pela reforma era a de, criando as necessárias condições institucionais para tal, lograr mobilizar um fluxo expressivo de poupança destinado à capitalização empresarial.

264) Resolução 63 do BACEN – A Resolução 63, de agosto de 1967, do Banco Central do Brasil, autorizou os bancos sediados no Brasil a contratarem empréstimos externos com banqueiros estrangeiros, para fins de repasse a empresas no País. Permitia aos bancos brasileiros buscarem linhas de crédito no exterior, para repassarem às pequenas e médias empresas, as quais não teriam porte para conseguir o financiamento direto de um banco no exterior. Hoje, passou a ser denominada Resolução 2.770.

265) Roberto Procópio de Lima Neto (1940-) – Engenheiro civil pela Universidade Federal Mineira em 1962, mestre em engenharia mecânica pela Universidade da Califórnia e doutor em planejamento de sistemas econômicos pela mesma universidade. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico de 1974 a 1979, diretor executivo do FINAME e diretor superintendente da IBRASA. De 1990 a 1994, presidiu a Companhia Siderúrgica Nacional. Deputado federal de 1995 a 1999.

266) Roberto Saturnino Braga (1931-) – Formado em engenharia pela Universidade do Brasil em 1954, dois anos depois passou a trabalhar no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, onde se especializou em engenharia econômica. Estudou na CEPAL e no ISEB. Ingressou na vida política em 1960, quando se filiou ao Partido Socialista Brasileiro, pelo qual se elegeu deputado federal, à frente da coligação Renovação Federal, liderada pelo PSB. Inclinado a posições nacionalistas e de esquerda, não foi cassado após o movimento militar de 1964, mas, passados dois anos, sua recandidatura a deputado federal foi impugnada por pressão do governo Castelo Branco, o que o obrigou a retornar ao BNDE. Voltou à política apenas em 1974, quando foi convidado às pressas por Amaral Peixoto para ser candidato ao Senado pelo MDB (do qual fora fundador em 1966), substituindo Affonso Celso Ribeiro de Castro, que tivera um derrame. Foi prefeito do Rio de Janeiro, eleito em 1985.

267) Roberto Simonsen (1889-1948) – Roberto Cochrane Simonsen nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica de São Paulo. A partir da década de 1920, destacou-se como líder empresarial. Foi deputado federal (1935-1937); presidente da Confederação Industrial do Brasil (CIB) (1935–1936); presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (1937-1945) e senador por São Paulo no biênio 1947-1948. Defendia a intervenção estatal por meio do planejamento e de rígidas medidas protecionistas, o que gerou o conhecido debate com o economista Eugenio Gudin, expoente da corrente liberal e anti-industrialista.

268) Rodrigo Otávio Jordão Ramos (1910-1980) – Militar e político brasileiro. Comandou o Ministério dos Transportes, entre 31 de janeiro e 6 de abril de 1955, no governo de Café Filho. Participou da Revolução de 1930 e foi comandante do Comando Militar da Amazônia, quando transferiu a sede do estado de Belém para Manaus, fato que teve papel crucial na integração amazônica na década de 1970, período de desenvolvimento sem precedentes na região.

269) Salgema Indústrias Químicas S.A (SALGEMA) – No início da década de 1970, foi descoberta a maior jazida de salgema do País no subsolo alagoano, com capacidade para produzir durante 300 anos. A empresa norte-americana DuPont e o empresário Euvaldo Luz criaram a Salgema Indústrias Químicas S.A. A empresa começou a funcionar em 1976, produzindo cloro, soda cáustica e diocloreto. A Salgema tinha participação estatal que foi vendida, em 1997, ao Grupo Odebrecht, da Bahia. A empresa mudou de nome, passando a denominar-se Trikem S.A., e se tornou a maior fábrica de cloro e soda cáustica da América Latina. Absorveu a CPC, que funciona no atual Distrito Multifábrica, industrializando o PVC, matéria-prima para a indústria plástica. Em 2002, a partir da integração de seis empresas, incluindo a Trikem, surgiu a Braskem S.A., que hoje é controlada pelo grupo Odebrecht.

270) SEPLAN – Em 1º de maio de 1974, por meio da Lei 6.036, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral passou a ser uma Secretaria, a SEPLAN. Com status de Ministério e ligada à Presidência da República, a SEPLAN se tornaria, pelo comando de seus ministros no período, o centro das decisões econômicas do País. SEPLAN é ainda hoje a sigla que identifica o órgão de planejamento federal, seja pelos servidores ou pela população em geral, devido ao período em que centralizava todas as importantes decisões da economia brasileira. Em 1995, com a reforma administrativa realizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, a SEPLAN foi transformada no Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO; em 1º de janeiro de 1999, passou a se chamar Ministério do Orçamento e Gestão – MOG. A partir de 30 de julho de 1999, recebeu o nome atual de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

271) Sette Câmara (1920-2002) – Nascido em Alfenas (MG), José Sette Câmara Filho foi embaixador. Colaborador de Juscelino Kubistchek na prefeitura de Belo Horizonte (1940–1945), em 1959 e 1960 esteve à frente do Gabinete Civil da Presidência da República. Teve atuação destacada nas Nações Unidas entre 1964 a 1968, ocasião em que, ao chefiar a delegação brasileira, participou dos trabalhos da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina que levariam, em 1967, na Cidade do México, à conclusão do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, conhecido como Tratado de Tlatelolco. Entre 1967 e 1968, chefiou a delegação brasileira no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 1978, passou a fazer parte da Corte Internacional de Justiça.

272) Severo Gomes (1924-1992) – Severo Fagundes Gomes foi ministro da Agricultura no governo Castelo Branco, ministro da Indústria e do Comércio

no governo Geisel e senador de 1983 a 1991 por São Paulo. Findo o mandato de senador, foi escolhido secretário da Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo durante o governo de Luiz Antônio Fleury Filho. Detentor de grande fortuna pessoal, notabilizou-se nacionalmente ao conciliar sua relevante vida política com as atividades empresariais de criação de gado na Amazônia e o comando da sua fábrica de cobertores Parahyba, instalada em São José dos Campos, cidade localizada no Vale do Paraíba (SP).

273) Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (SIMESP) – Em julho de 1937 foi criado o Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas e Equipamentos, como entidade que congregava, então, os fabricantes de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil de São Paulo. Em 1940, com a adesão de fabricantes de máquinas para outros setores, a entidade passou a chamar-se Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo – SIMESP. Atuou na Comissão de Política Aduaneira para selecionar as importações de máquinas e equipamentos durante o governo Juscelino Kubitschek. Em 1964, liderou o processo de criação do FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial). Na década de 1960, com a instituição de incentivos fiscais para expansão e modernização da indústria brasileira, o SIMESP marcou presença no Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, participando de cerca de 40 planos de nacionalização de equipamentos. Em 1974 foi criada a ABIMAQ, que passou a atuar em conjunto com o SIMESP, ampliando o leque de serviços de apoio às empresas do setor. Em 1979, o Ministério do Trabalho concedeu a carta sindical com ampliação da abrangência territorial para os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais, tornando-se num sindicato interestadual. Em 1988 surgiu, finalmente, o SINDIMAQ – Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas, uma das primeiras entidades sindicais patronais de âmbito nacional.

274) Sindicato dos Fabricantes de Autopeças (SINDIPEÇAS) – Em setembro de 1953 foi criado o Sindicato dos Fabricantes de Autopeças – SINDIPEÇAS, estadual. Em 1969, a entidade ganhou status de associação nacional. Em 1976 mudou sua denominação para Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores. É a entidade de classe que representa a indústria de autopeças instalada no Brasil.

275) Sistema Financeiro da Habitação (SFH) – Segmento especializado do Sistema Financeiro Nacional, criado pela lei nº. 4.380, de 1964, no contexto das reformas bancária e do mercado de capitais. Por essa lei foi instituída a

correção monetária e criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), que se tornou o órgão central orientador e disciplinador da habitação no País. Em seguida, a Lei nº. 5.107, de 1966, criou o FGTS. O sistema previa a arrecadação de recursos, o empréstimo para a compra de imóveis, o retorno desse empréstimo e a reaplicação desse dinheiro. Tudo com atualização monetária por índices idênticos. Na montagem do SFH, observou-se ainda que havia necessidade de subsídios às famílias de renda mais baixa, o que foi realizado de maneira a não recorrer a recursos do Tesouro Nacional. A partir de 1983, o princípio da identidade de índices foi quebrado. Em 1986, o SFH passou por uma profunda reestruturação com a edição do Decreto-Lei nº. 2.291, que extinguiu o BNH e distribuiu suas atribuições entre o então Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

276) Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S.A. (SANBRA) – A empresa holandesa Bunge & Co. fez uma série de investimentos e aquisições no Brasil no início do século XX. Participou, minoritariamente, do capital da Sociedade Anonyma Moinho Santista, empresa de compra e moagem de trigo, fundada em 1905, em Santos. Depois de adquirir a exportadora Cavalcanti & Cia, em Recife, no ano de 1923, transformou-a em Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro – SANBRA. A empresa, que já exportava algodão do Nordeste, passou a exportar também mamona, ouricuri, carnaúba e sisal ou agave, transformando-se em uma das principais exportadoras do País. Do beneficiamento do algodão sobrava o caroço, com o qual a Bunge passou a produzir o óleo de algodão, modernizando a forma de preparar alimentos com a substituição da banha de porco usada na cozinha brasileira. Ainda no setor de óleos, outra importante inovação da SANBRA foi o lançamento do óleo de amendoim, que revolucionou os hábitos alimentares do consumidor brasileiro.

277) Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. (SOFUNGE) – A Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. fundiu o primeiro bloco para motor diesel, fato pioneiro na América Latina, destinado à Mercedes-Benz do Brasil S.A. O vazamento do bloco foi realizado no dia 21 de dezembro de 1955, pelo presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, o iniciador da indústria automobilística no País. A empresa foi incorporada à Mercedes-Benz em 1969, mas em 1996 foi vendida para a fundição Tupi.

278) Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – A Superintendência da Moeda e do Crédito foi criada em 1945 com o objetivo de

exercer autoridade monetária, juntamente com o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional. A partir da década de 1950, principalmente, desempenhou papel importante nas tentativas de coordenação das políticas monetárias e creditícias, particularmente a expansão dos empréstimos do Banco do Brasil, ao setor privado, ao setor público e ao Tesouro. Entretanto, foi na política de comércio exterior que sua atuação seria decisiva para a industrialização, sobretudo por meio das Instruções 70 e 113 da SUMOC, de 1953 e 1955, respectivamente. Extinta em 31 de dezembro de 1964, quando foi criado o Banco Central do Brasil.

279) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) –

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em 1959, visava a coordenação das ações do governo federal com os objetivos de implementar a industrialização na Região e resolver os problemas agrícolas do Nordeste, agravados pela ocorrência de secas. O órgão foi idealizado no governo do presidente Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado. No período entre 1960 e 1964, o Plano da SUDENE para a agricultura nordestina estava apoiado no estudo da realidade da Região e constava dos seguintes programas prioritários: 1) produção de alimentos na zona úmida do Nordeste; 2) desenvolvimento no semiárido de uma agricultura resistente aos efeitos da seca; 3) colonização do Maranhão; 4) desenvolvimento da irrigação no São Francisco. Absorvida pelas administrações que se seguiram, durante a ditadura militar de 1964 foi, cada vez mais, tendo seu uso desviado dos objetivos primaciais. Extinta em 2001, foi replantada em 2007, no governo Lula.

280) Telefunken – Quando esta marca foi adquirida, em 1989, pela Gradiente, sua participação no mercado de televisores já estava em declínio. Aparentemente, a Telefunken da Alemanha quis se desfazer do negócio no Brasil e a Gradiente tinha interesse numa fábrica de televisores. Assim, pouco após a aquisição da marca, os produtos Telefunken foram descontinuados e a Gradiente lançou televisores com sua própria marca.

281) Tesouro Nacional – O Tesouro Nacional é o caixa do governo, o órgão público responsável pelo gerenciamento da dívida pública do País. Para esse efeito, capta recursos do mercado financeiro via emissão primária de títulos para execução e financiamento das dívidas internas do governo. Antes da reforma bancária de 1964, emitia papel moeda, função conferida atualmente ao Banco Central. A partir de 1988, com o reordenamento financeiro, passou a exercer atividades relacionadas ao fomento e à administração da dívida pública federal. O Tesouro Nacional também é responsável por realizar o recolhimento de impostos

e contribuições para a Receita Federal do Brasil, além do recolhimento de quaisquer outros recursos que venham a ingressar na Conta Única do Tesouro Nacional. É vetado ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional.

282) Transit – Empresa que se instalaria em Montes Claros (MG) e se comprometeu, dado o financiamento recebido do BNDE, a utilizar tecnologia desenvolvida pelo Laboratório de Microeletrônica (LME), criado na década de 1960, em parceria com a Escola Politécnica, que abrigaria o laboratório. A criação do LME fazia parte de um modelo no qual, por seu intermédio, além da tecnologia industrial desenvolvida, seriam formados recursos humanos para serem alocados a uma empresa ainda inexistente. O objetivo foi o de estimular o desenvolvimento de uma indústria nacional de microeletrônica, com tecnologia transferida das experiências advindas do LME. Entretanto, segundo especialistas, a experiência foi mal sucedida, haja vista que um laboratório que não teve, desde sua criação, uma interação com empresas – pois eram inexistentes –, não consegue gerar *know-how* industrial. Quando a decisão de utilizar tecnologia estrangeira foi tomada a crise da Transit já era profunda, e o corolário do episódio e pá de cal do projeto de desenvolvimento de tecnologia nacional foi a criação da Zona Franca de Manaus.

283) Tratado Lanari-Horikoshi – Tratado que originou a entrada de capital japonês para a constituição da USIMINAS. Suas origens remontam ao Plano de Desenvolvimento Nacional, 1 PND, do governo Juscelino Kubitschek. Com a criação da USIMINAS e da COSIPA, no estado de São Paulo, se pretendia elevar a produção de aço nacional de 2,3 milhões de toneladas, em 1960, para 3 milhões de toneladas, em 1965. O protocolo de intenções entre o governo de Minas Gerais e os japoneses denominou-se Acordo Lanari-Horikoshi – em homenagem a seus artífices, Amaro Lanari Junior e H. Horikoshi, embaixador do Japão no Brasil – e foi assinado em 1957.

284) Usiminas Mecânicas S.A. (USIMEC) – Foi fundada em 1970 pelo Sistema USIMINAS, com o objetivo de promover a utilização do aço na construção civil e mecânica no Brasil. Atua nos setores de bens de capital, montagens e manutenções industriais, estruturas metálicas, pontes, *blanks* e produtos seriados. Suas estruturas de ferro e aço já foram utilizadas em diversas obras de grande porte em todo o mundo, como a Ponte JK, em Brasília.

285) Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS) – Fundada em 1956, em Ipatinga, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. é uma empresa do setor siderúrgico líder na produção e comercialização de aços planos laminados

a frio e a quente, bobinas, placas e revestidos, destinados principalmente aos setores de bens de capital e de bens de consumo da linha branca, além da indústria automotiva. Atua no mercado internacional e é a maior geradora de impostos para Ipatinga, o que torna o município economicamente dependente da siderúrgica. Na década de 1970, desempenhou um papel fundamental no crescimento econômico do País, ficando responsável pelo fornecimento do insumo básico para a reativação da indústria pesada – naval, automobilística e de construção civil. Tornou-se a primeira estatal privatizada em 1991, pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

286) Vale do Rio Doce – Fundada em 1942, a Vale do Rio Doce é a maior empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior do mundo. Opera em 14 estados brasileiros e nos cinco continentes, e possui mais de 9 mil quilômetros de malha ferroviária e 10 terminais portuários próprios. É a maior empresa no mercado de minério de ferro e a segunda maior produtora integrada de manganês e ferroligas, além de operar serviços de logística, atividade em que é a maior do Brasil. Em 2006 adquiriu o controle acionário da CVRD Inco, no Canadá; em 2007 incorporou a antiga Inco, que passou a ser uma subsidiária integral, sob a nova denominação “CVRD Inco Limited (CVRD Inco)”. Nesse mesmo ano, comprou a mineradora de carvão australiana AMCI Holdings. A partir de novembro de 2007, a marca e o nome fantasia da empresa passaram a ser apenas Vale, denominação pela qual sempre foi conhecida nas bolsas de valores.

287) Valesul Alumínio S.A. (VALESUL) – A Valesul Alumínio S.A. é uma empresa brasileira pertencente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que produz e comercializa alumínio primário e ligas para a indústria de transformação. Iniciou suas atividades em 1982. Instalada no bairro carioca de Santa Cruz, produz em torno de 100 mil toneladas de alumínio ao ano e ocupa uma área de 800 mil m². A empresa possui 90% de sua área composta por densa floresta plantada com espécies da Mata Atlântica, e tem diversas certificações ambientais e de qualidade total. Possui também um terminal próprio no porto de Sepetiba.

288) VEMAG S.A. – Criada em 1955, a Vemag S.A. – Veículos e Máquinas Agrícolas foi a empresa brasileira do Grupo Novo Mundo que fabricou o DKW Vemag sob licença da Auto Union GmbH, de Düsseldorf, Alemanha. Foi o primeiro automóvel nacional de fato, já que de direito o crédito de pioneira cabe a Indústrias Romi, que em 1956 lançou o Romi-Isetta, dois meses antes de a Vemag apresentar a perua DKW Universal. Em 1967, a Volkswagen do Brasil adquiriu a Vemag, prometendo não encerrar a produção de seus veículos. No

entanto, no final do mesmo ano, seguindo uma tendência mundial de retirada do motor dois tempos do mercado, encerrou a linha de produção.

289) Villares Indústrias de Base S.A. (VIBASA) – A Villares Indústrias de Base S.A. – VIBASA foi inaugurada em 1980 como a maior usina de aços especiais não planos do Hemisfério Sul, em Pindamonhangaba, Vale do Paraíba. Foi constituída em 1975 com o objetivo de atender à crescente demanda nacional de fundidos e forjados extrapesados. Não dispunha de instalações para produzir essas peças no porte requerido e, devido à dificuldade de expandir a usina de São Caetano, sua direção decidiu construir um novo complexo siderúrgico que assegurasse ao Brasil a autossuficiência nesses produtos. Em 2000, o grupo espanhol Sidenor adquiriu o controle acionário da Villares, numa estratégia de consolidação de suas operações em nível latinoamericano. Atualmente, a empresa se chama Aços Villares.

290) Villares Metals S.A. – Em 1944, foi fundada a Aços Villares S.A., para comercializar barras, chapas e peças fundidas de aço. No ano seguinte, a Usina Villares foi transferida para o município de São Caetano do Sul. Em 1980, foi inaugurada a maior usina de aços especiais não planos do Hemisfério Sul, a VIBASA, em Pindamonhangaba, Vale do Paraíba. Em 1988, a Villares adquiriu a Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida – que passou a se chamar Aços Ipanema S.A. – e a Aços Anhanguera. No ano seguinte, a Aços Villares inaugurou subsidiária na Europa: Villares Steel International B. V., em Dordrecht, Holanda. Em 1996, assumiu a Eletrometal, que passou a se chamar Villares Metals S.A. A usina de São Caetano do Sul foi fechada e toda produção de aços de alta liga foi transferida para Sumaré (SP). Em 2000, o grupo espanhol Sidenor assumiu 52% das ações da Aços Villares. Em 2004, a Böhler-Uddeholm AG adquiriu a Villares Metals S.A. da Aços Villares.

291) Volkswagen S.A. – A Volkswagen iniciou sua trajetória na década de 1930, na Alemanha, com o projeto de construção do automóvel Käfer, que ficaria conhecido no Brasil como Fusca. A primeira fábrica iniciou suas atividades em 1939. No Brasil, a história da empresa começou em 1953, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, onde foram montados os primeiros Fuscas, com peças importadas da Alemanha. Em 1959, inaugurou oficialmente a fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo. Atualmente, possui cinco plantas produtivas no Brasil, localizadas em São Bernardo do Campo, Taubaté, São Carlos, Curitiba e Resende.

292) Volta Redonda – Município brasileiro situado na microrregião do Vale do Paraíba, dentro da mesorregião Sul Fluminense, no estado do Rio de Janeiro.

Conhecida como a “Cidade do Aço”, abriga a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), maior siderúrgica da América Latina. Por volta de 1941, quando a usina começou a ser construída, a cidade ganhou um desenvolvimento incomum com a chegada de milhares de pessoas em busca de trabalho no “Eldorado” brasileiro. Em 1946 a CSN entrou em operação, a população de Volta Redonda continuou a crescer vertiginosamente e surgiram edificações por todos os lados. Atualmente, sua economia, apesar de ainda estar ancorada na indústria, é bastante diversificada, voltada em grande parte para as áreas de prestação de serviços e comércio.

293) VOTORANTIM – Um dos maiores conglomerados industriais do Brasil, o Grupo Votorantim foi fundado em 1918 com o nome Sociedade Anônima Fábrica Votorantim. Suas empresas abrangem as áreas de cimento, papel e celulose, banco, energia, alumínio, níquel, zinco e outros ramos. Algumas das empresas do grupo: Engemix; Votorantim Metais (VM); Companhia Brasileira de Alumínio (CBA); Companhia Mineira de Metais (CMM); Banco Votorantim; Votorantim Celulose e Papel (VCP); Votorantim Cimentos; Companhia de Cimento Portland Itaú; Votorantim Agroindústria (VA); Citrovita; Votorantim Siderurgia (VS).

294) VRG Linhas Aéreas S.A. (VARIG) – Fundada em 1927, em Porto Alegre, a VRG Linhas Aéreas S.A. (VARIG) é a companhia aérea mais antiga do Brasil, e uma das mais antigas do mundo. Nos anos 1960, comprou a Real Aerovias e a Cruzeiro do Sul e herdou aeronaves e as rotas da Panair do Brasil para a Europa, passando a ser a maior em seu ramo no Brasil e na América Latina. Nos anos 1980, criou a Rio Sul, na década seguinte comprou a Nordeste e em 1997 entrou para a Star Alliance, a maior aliança de empresas aéreas do mundo. Devido a uma crise financeira na década de 1990, a empresa deixou de voar para vários destinos no exterior e no Brasil e devolveu mais de 50 aeronaves. Nos anos 2000 fundiu as operações com as suas subsidiárias Rio Sul e Nordeste. Vendeu a VARIG LOG e a VEM (VARIG Engenharia e Manutenção). Em 2006, após quase ir à falência, foi vendida para a VOLO e em 2007 para a Gol Transportes Aéreos.

295) Werner Baer (1934-) – Werner Baer é economista e professor da Universidade de Illinois. Graduado pelo Queen’s College, é mestre e doutor pela Universidade de Harvard. O foco de suas investigações é a América Latina, especialmente os temas industrialização e desenvolvimento econômico. Foi responsável por estabelecer uma das maiores redes de pessoas interessadas nas economias dos países da América Latina e sua influência em debates sobre a experiência econômica da região se estende aos seus escritos. Seu livro A

Economia Brasileira: Desenvolvimento e Crescimento é um dos poucos estudos de peso sobre os mais diversos aspectos do desenvolvimento econômico do Brasil.

296) Willys – A Willys Overland, empresa de capital norte-americano, começou suas atividades no Brasil por volta de 1954, quando anunciou o primeiro Jeep brasileiro, com tração nas quatro rodas. O Jeep pioneiro foi testemunha da realidade da jovem indústria automobilística nacional. Em 1959 veio outro veículo forte para o trabalho, mas também voltado para passeio: a Rural Willys 4x4. Em 1959, voltado para o público urbano, lançou um carro econômico de linhas arrojadas, sob licença da Renault: o Renault Dauphine. Logo após, em 1960, lançaria um carro maior e mais confortável: o Aero-Willys. Em 1961 lançou a Pick-up Jeep 4x2 e o esportivo Interlagos e, em 1966, o sofisticado Itamaraty.

297) Zbigniew Brzezinski (1928-) – Nascido na Polônia, Brzezinski é um cientista político e geopolítico. Foi conselheiro de segurança nacional no governo Jimmy Carter, candidato democrata que derrotou o republicano Gerald Ford e esteve à frente do governo dos Estados Unidos de 1977 a 1981. Brzezinski hoje atua no Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais, nos EUA, e é professor de política externa norte-americana na Universidade Johns Hopkins.